

A REVISTA QUE PENSA A EDUCAÇÃO

ANO 4 • ESPECIAL Nº 2
VOZES DE VALOR • 2014

 MODERNA

EDUCATRIX

ESPECIAL **Vozes de Valor**



**50 ANOS DE ANGICOS:
UM SONHO INTERROMPIDO
A SER RETOMADO**

Por Moacir Gadotti

**COMO SE CONSTITUI UM
PROFESSOR DA EJA**

Por Solange Petrosino

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
CONQUISTAS RECENTES E DESAFIOS**

Por André Lázaro

"Ninguém ignora tudo.

Ninguém sabe tudo.

Todos nós sabemos
alguma coisa. Todos nós
ignoramos alguma coisa.

Por isso, aprendemos
sempre."

Paulo Freire



Moderna

Moderna



Vozes de Valor

Educação de Jovens e Adultos:
Valorização, conquistas e desafios.

VOCÊ É A VOZ DA EJA!

Educador, chegou o momento de reconhecer o valor das vozes dos profissionais da EJA e oferecer caminhos e ferramentas que os auxiliem na sua maior missão: promover uma educação mais igualitária e efetiva para os jovens e adultos de nosso país.



Nos próximos anos, estaremos ao seu lado com materiais didáticos que valorizam a diversidade da EJA em todo o Brasil.

ESCOLHA EJA MODERNA!

- Alfabetização - volume único
- Alfabetização e anos iniciais do Ensino Fundamental
- Anos finais do Ensino Fundamental

Conecte-se com a EJA
www.modernadigital.com.br

0800 770 7653

Moderna

TODAS AS VOZES DO BRASIL

Educador, vivemos um momento único em que, finalmente, poderemos criar fortes expectativas de que a voz da EJA irá ecoar pelos quatro cantos do Brasil. Pela primeira vez, o governo federal organizou um programa estruturado para adquirir livros didáticos específicos para as necessidades de jovens e adultos, direcionados para todos os segmentos de ensino: desde a Alfabetização até o Ensino Médio. Poderemos contar com materiais didáticos que trabalhem com situações problematizadoras formuladas a partir do cotidiano dos alunos, com atividades que fomentem a reflexão, propiciem o desenvolvimento do raciocínio e auxiliem na organização do pensamento e na exposição de ideias com coerência e lógica.

Todos os dias, os profissionais da EJA precisam lidar com desafios gigantesco: o fantasma da evasão escolar, tão presente entre os jovens e adultos trabalhadores; a motivação dos alunos, cheios de histórias de vida marcadas pela discriminação e, sobretudo, pela superação e por sonhos de alcançar novos horizontes; e a sua própria motivação profissional para continuar acreditando na missão de transformar a realidade de sua região e até do país, em um cenário historicamente de pouco investimento e visibilidade.

Pensando nessa realidade, a Editora Moderna promoveu no final de 2013, em Atibaia, interior de São Paulo, o congresso Vozes de Valor – Educação de Jovens e Adultos. O encontro, organizado com apoio da Fundação Santillana, reuniu mais de 400 gestores e técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação de todo o Brasil para discutir propostas pedagógicas de valorização do segmento. Esse foi o início de um novo canal de diálogo aberto entre profissionais da EJA, a fim de compartilhar experiências e trocar informações de diferentes contextos e realidades.

Alguns dos gestores presentes foram convidados a contar seus relatos na aplicação de projetos da EJA, dando início a valorosas conversas ao redor do tema. Em uma das salas, a coordenadora de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Leila Maria de Jesus Oliveira, apresentou seu relato sobre como a educação popular dialoga com a educação formal. Segundo a especialista, um grande desafio é a questão curricular, o dilema de não se restringir somente ao que é proposto, mas, sim, dar significado a este material. Citou como exemplo a bofeira, que é excelente em sua profissão, mas não conhece, por exemplo, o processo químico do fermento que faz o bolo crescer. Nas palavras da especialista, “a escola deve explicar para esta bofeira todo o processo da química, da física etc.”, transformando os conteúdos formais em mais um ingrediente a ser adicionado na vida de um público carente em criar suas próprias receitas na sociedade.

A partir das contribuições do congresso, desenvolvemos esta publicação especial da Revista Educatrix, com artigos exclusivos de Moacir Gadotti, André Lázaro e Solange Petrosino, cujas palestras abriram o encontro, além de análises e relatos do cenário atual da EJA na visão de profissionais de diferentes estados brasileiros, a fim de fomentar discussões e dar voz aos protagonistas dessa história multidiversificada.

São essas vozes que vêm de longe que nos fazem acreditar na transformação do país pela educação. Enfim, poderemos ouvir as vozes da EJA ecoando por diferentes partes do Brasil. Enfim, poderemos sonhar que nossos sonhos se tornem uma realidade melhor!

Boa leitura.

Equipe **Educatrix**

P. 18

PANORAMA

P. 26

PENSAMENTO
ACADÊMICO

P. 34

FOCO

P. 41

POR DENTRO

P. 50

CONEXÃO

P. 58

PLENOS
SABERES

SAIBA +
É PRECISO DAR CORDA
À VOZ POPULAR
P. 6

ZOOM
VALORIZAÇÃO,
CONQUISTAS E
DESAFIOS
P. 8

FIO DA MEADA
DESCOBRINDO
AS TRILHAS DA
ANDRAGOGIA
P. 12

RETRATO
AS VOZES DA
EJA ECOAM POR
TODO O BRASIL
P. 14

VOZES DA EJA
P. 16

**COMO SE CONSTITUI UM
PROFESSOR DA EJA**



**50 ANOS DE ANGICOS:
UM SONHO INTERROMPIDO A SER RETOMADO**



**EJA,
ESPAÇO PARA APRENDER, FAZER E SER...**



**A CAPACITAÇÃO DE FACILITADORES E DOCENTES EM PROGRAMAS E PROJETOS
DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA NA IBERO-AMÉRICA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
CONQUISTAS RECENTES E DESAFIOS**



**PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**



FAVORITOS
P. 64

TRAJETÓRIA
MIGUEL ARROYO:
A EDUCAÇÃO COMO
DIREITO DE TODOS
P. 66

É PRECISO DAR CORDA

Por IVAN AGUIRRA

E AQUI VOU
ESCREVER UM TEXTO
SOBRE O CORDEL,
NUNCA ME CANSO DE
LER OS VERSOS NO
PAPEL, É CULTURA
PRA SE VER RÁPIDA
COMO UM CORCEL.

O cordel que conhecemos hoje tem suas origens no século XVI, quando a impressão começava a se popularizar. Além de jornais e livros, folhetos soltos eram impressos, relatando histórias que originalmente eram transmitidas apenas de forma oral. Em vez de serem vendidos em livrarias, esperando seus compradores nas prateleiras, esses folhetos eram vendidos em varais, presos a um barbante ou corda – por isso o nome “literatura de cordel”.

O cordel chegou ao Brasil em 1808 com a vinda da coroa portuguesa. Foi na região Nordeste que encontrou solo fértil para se desenvolver, sendo até hoje uma importante forma de expressão cultural. Para o poeta Carlos Drummond de Andrade, “a poesia de cordel é uma das manifestações mais puras do espírito inventivo, do senso de humor e da capacidade crítica do povo brasileiro, em suas camadas modestas do interior”. Embora essa “definição” não seja totalmente acertada – há muita literatura feita nas grandes capitais –, ela é precisa ao ressaltar o espírito inventivo e o senso de humor, características típicas da literatura de cordel.

Os temas da literatura de cordel são muito variados. Relatos da cultura oral, histórias de amor, fatos cotidianos da realidade do compositor e até temas religiosos são parte do universo do cordel. Na maioria das vezes, os versos têm um tom humorístico,

À VOZ POPULAR

utilizando o exagero como recurso para prender a atenção daqueles que estão ouvindo. Ouvindo mesmo, porque boa parte da poesia de cordel é recitada com acompanhamento de uma viola. Mas quem pensa que o cordel é apenas improvisado ao acaso, se engana. A poesia de cordel segue uma métrica muito definida: paracela, verso de cinco sílabas, estrofes de quatro versos de sete sílabas, sextilhas, setilhas, oitavas, décimas, martelo agalopado, galope à beira-mar, meia-quadra... E há também histórias de cordel escritas em prosa.

Falar de cordel é falar da cultura popular brasileira. Foi sempre costume das camadas mais estudadas da sociedade brasileira desprezar esta expressão literária por sua linguagem regionalizada e informal, representante da cultura popular e inculta. Hoje em dia, contudo, esta literatura tem sido revalorizada e cada vez mais estudada, tanto que em 1988 foi fundada a Academia Brasileira de Cordel.

Os novos movimentos de valorização deste gênero literário, não apenas no Nordeste, como também em outras regiões do país, mostram como é importante entrar em contato com esta forma de expressão literária. Conhecer o cordel é conhecer ao mesmo tempo a cultura e a história do país, é entrar em contato com o que há de mais brasileiro em nossa literatura. ✕

EDUCATRIX

**ANO 4 • ESPECIAL Nº 2
VOZES DE VALOR • 2014**

Conselho editorial:

Ângelo Xavier
Ivan Aguirra Izar
Patrícia Rodolfo
Solange Petrosino
Sônia Cunha de Souza Danelli

Coordenação editorial:

Ivan Aguirra Izar

Produção de textos:

Cauê Cardoso Polla
Jucélia Oliveira Rodrigues
José Fernandes de Lima
Maria Margarida Machado
Melissa Cardoso da Silva

Articulistas:

André Lázaro
Moacir Gadotti
Solange Petrosino

Projeto gráfico e diagramação:

APIS design integrado

Pesquisa iconográfica:

Ivan Aguirra
Apis design integrado

Capa:

Bruno Oliveira Santos

Ilustradores:

Alexandre Matos
Bruno Oliveira Santos
Kleber Moraes

Redes sociais:

Kátia Dutra

Colaboradores:

Daniel Brito
Lauci Cavalett
Lucia Jurema Figueirôa
Virginia Aoki

Leia a versão digital em:

www.moderna.com.br/educatrix



Editora Moderna Ltda.
Rua Padre Adelino, 758
São Paulo/SP – CEP 03303-904

Educatrix é uma publicação especial da Editora Moderna com a proposta de pensar a educação. Distribuição gratuita na internet e nas instituições educacionais por meio da rede de Consultores Moderna.

Contato:
educatrix@moderna.com.br
0800 17 2002

Tiragem: 20 mil exemplares

*Direitos reservados.
É proibida a reprodução total
ou parcial de textos e imagens
sem prévia autorização.*



Vozes de Valor



A Editora Moderna realizou entre os dias 11 e 13 de outubro, em Atibaia (SP), o congresso **Vozes de Valor - Educação de Jovens e Adultos: valorização, conquistas e desafios.**





O encontro reuniu mais de 400 gestores e técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação de todo o Brasil para discutir propostas pedagógicas de valorização da Educação de Jovens e Adultos.



O principal enfoque considera a EJA um instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma educação mais igualitária e efetiva, na qual quem ganha é toda a sociedade brasileira.





Alguns dos gestores presentes foram convidados a contar seus relatos na aplicação de projetos da EJA, dando início a valiosas conversas sobre o tema.



Além das apresentações, o congresso **Vozes de Valor - Educação de Jovens e Adultos**: valorização, conquistas e desafios também contou com salas de debates para que os participantes pudessem compartilhar experiências.



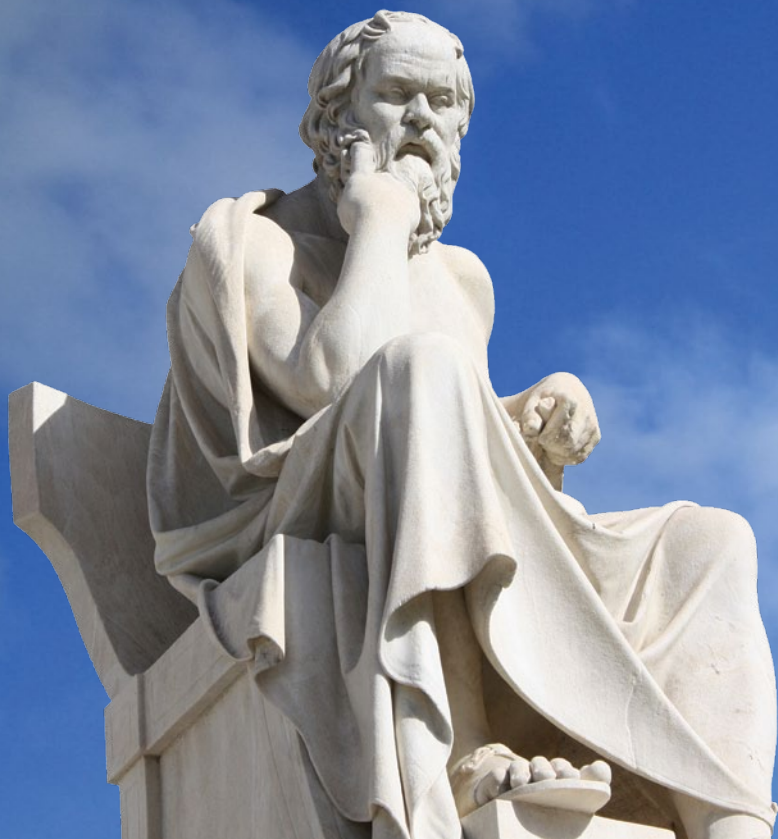


Profissionais de todas as regiões do país puderam discutir diferentes realidades da EJA, além de projetar novas perspectivas para os próximos anos.



Vozes de Valor

Educação de Jovens e Adultos:
Valorização, conquistas e desafios.



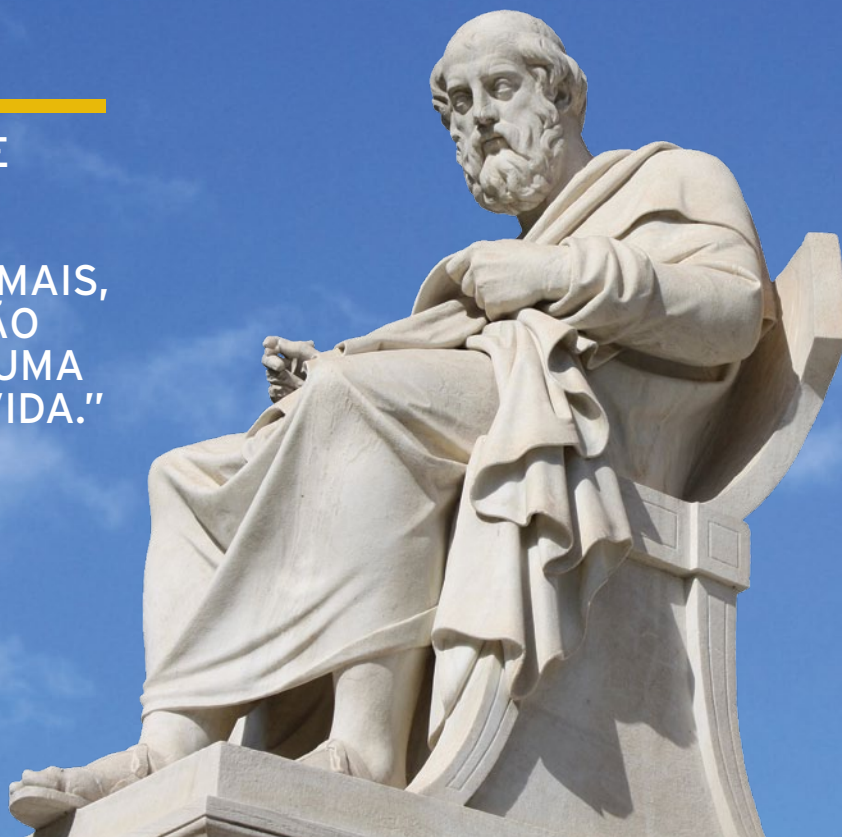
DESCOBRINDO AS TRILHAS DA ANDRAGOGIA

Entender como o adulto aprende e onde encontra recursos para refletir e compreender o seu contexto de vida precisa ser o foco da EJA.

Por CAUÊ CARDOSO POLLA

No dia a dia de quem trabalha com educação, a palavra pedagogia é moeda corrente. O mesmo não acontece com a palavra andragogia. Embora o conceito e as investigações mais aprofundadas só tenham se fortalecido nas duas últimas décadas, a palavra apareceu pela primeira vez há quase dois séculos. Foi em 1833, na obra de Alexander Kapp intitulada *A doutrina da educação de Platão*, no terceiro capítulo, “Andragogia, ou a formação dos homens adultos”. Retomando uma passagem do diálogo platônico *Laques*, na qual o personagem de Sócrates diz ser necessário encontrar um professor para os mais velhos, como também para os jovens, Kapp desenvolve uma reflexão acerca da importância de pensar a educação também para os adultos, e não apenas para as crianças e jovens.

“PENSAR A EDUCAÇÃO DE ADULTOS É UMA TAREFA PREPONDERANTE PARA POSSIBILITAR, CADA VEZ MAIS, QUE O IDEAL DE EDUCAÇÃO PARA A VIDA TODA SEJÁ UMA EDUCAÇÃO POR TODA A VIDA.”



Se tomarmos a etimologia da palavra em sentido literal, ela nos remete à educação dos homens adultos: *andros* quer dizer “do homem”, e *agein* quer dizer “condução”. Se, por um lado, a pedagogia é a condução das crianças, não havendo uma referência de gênero, a andragogia, por outro lado, seria a condução dos homens adultos (especificamente do sexo masculino). Basta lembrarmos que a educação antiga não designava um lugar de prestígio para a mulher. Contudo, hoje a palavra engloba a educação de jovens (depois dos 16 ou 17 anos, quando já terminado o período escolar básico) e adultos, de ambos os sexos.

Pesquisadores do campo educacional observaram que era preciso entender não apenas como as crianças aprendem, mas também como se dá esse processo nos jovens e adultos. É evidente que um aluno de 12 anos não aprenderá do mesmo modo que um de 40. Compreender as particularidades da educação de adultos foi o que fez o educador norte-americano Malcolm Knowles, abrindo o campo dos estudos sobre andragogia, na década de 1960.

A andragogia parte do pressuposto de que a educação é um processo de aprendizado constante. É preciso pensar a educação não apenas do ponto de vista da criança e do jovem, mas também do adulto, sob duas perspectivas: daquele adulto escolarizado que frequenta um curso superior, e também do adulto sem uma formação escolar ou com formação parcial. Dessa forma, a andragogia busca compreender os mecanismos que norteiam o processo educativo

de adultos que passaram pela escola e pela universidade, e que desejam estudar ainda mais. Além disso, procura entender como aprendem, já em idade adulta, aqueles que não tiveram nenhuma ou pouca escolarização. No Brasil, os estudos de andragogia podem contribuir muito para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), refletindo sobre o ensino dentro da realidade brasileira, a fim de responder aos desafios próprios do contexto nacional, entre eles, o preconceito e a evasão.

Sob a perspectiva da EJA, questões como o conteúdo a ser ensinado e as posturas didáticas a serem adotadas são um desafio para o qual a andragogia, se não tem as respostas prontas, oferece ao menos importantes reflexões que ajudam a compreender este universo. Se o adulto tem uma realidade completamente diferente da criança; se, por exemplo, tem menos tempo; se está cheio de preocupações com o trabalho e sua família, como poderá aprender?

Pensar a educação de adultos é uma tarefa preponderante para possibilitar, cada vez mais, que o ideal de educação para a vida toda seja uma educação por toda a vida. Fundamental para uma atitude crítica em relação a seus direitos e deveres como cidadão, bem como para uma compreensão das questões humanas, com reforço dos conceitos da andragogia, a educação nunca termina. x

Cauê Cardoso Polla é Doutor em Filosofia, com ênfase em Filosofia da Educação e História da Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP.

AS VOZES DA EJA ECOAM POR TODO O BRASIL



“UMA BOA FORMAÇÃO EM EJA SE CONSTRÓI PROGRESSIVAMENTE, NA ESCOLA DA VIDA DOCENTE, PELA ‘TROCA’ DE CONHECIMENTOS COM OS EDUCANDOS E COM SEUS PARES DE PROFISSÃO A PARTIR DA REALIDADE ESCOLAR E LOCAL.”

MARY JANE ARAÚJO DE LIMA
Secretaria Estadual de Educação
do Amazonas - Manaus / AM.

Quando se graduou aos 31 anos, Mary Jane Araújo de Lima já conhecia de perto a realidade da educação brasileira. Ainda jovem, trabalhou com aulas de reforço para crianças que moravam em seu bairro, em Manaus/AM. Os pais dos alunos “pagavam mensalmente, mas a minha maior alegria era ver os meus pequenos alunos e alunas lendo e escrevendo. Os resultados da aprendizagem e a confiança dos pais das crianças me ajudaram a entender a importância do educador na vida das pessoas”, diz a pedagoga. Mais tarde, quando contava 52 anos, concluiu o mestrado. Por mais que nunca tenha estudado na modalidade de ensino EJA, quando realizou seus estudos, a realidade que vivia era muito próxima à das educandas de EJA: adulta, esposa, mãe e trabalhadora.

Embora tenha trabalhado poucos anos em sala de aula, Mary Jane acumula dezenove anos de experiência em educação, especialmente como assessora pedagógica. “Apesar do pouco tempo atuando como professora, pude perceber a grande importância que cada docente possui na vida escolar dos discentes com os quais convive, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que é a base da educação, e na Educação de Jovens e Adultos, em que

a perspectiva de aprendizagem é grande por parte dos educandos que buscam a escola para realizar ‘um sonho’ que não concretizaram na idade própria para o ensino regular”.

Sempre preocupada com sua formação, Mary Jane buscou diversos cursos de especialização. Dentre eles, a Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, oferecida pelo Cefet/AM. “Foi a partir daí que me aproximei da realidade educacional da EJA e pude perceber a situação de desigualdade com que a mesma vem sendo tratada dentro do conjunto das políticas públicas educacionais brasileiras, apesar dos discursos governamentais de garantia de educação para todos, inclusive para os que dela não tiveram acesso e/ou não a concluíram na idade própria”.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Dentre os diversos problemas enfrentados no contexto da EJA, Mary Jane destaca o paradigma que enxerga a educação de jovens e adultos apenas como uma compensação pela falta de formação que tiveram anteriormente. Para ela, a EJA “possibilita às pessoas



que por diversas razões não puderam concluir seus estudos na idade própria resgatar o ‘tempo perdido’ e adquirir melhores condições de sobrevivência em uma sociedade competitiva e excludente como a capitalista”. Hoje, completa, “é possível se visualizar a EJA dentro da educação básica e superior como a conquista de um direito social que deve ser garantido a todas as pessoas, independente de faixa etária e/ou condição socioeconômica, ao mesmo tempo em que há uma luta constante para que ela não seja concebida como uma política de governos que tem ação pontual.”

Mary Jane acompanhou de perto diversas iniciativas muito frutíferas da EJA. Uma delas foi o *Projeto Conhecer para Intervir*, da Rede Municipal de Ensino de Manaus, no período noturno. Como relata, “o projeto tinha como objetivo principal reduzir o índice de abandono escolar nas escolas localizadas na Zona Centro-Sul da cidade de Manaus. A metodologia consistia em oficinas de artesanato com jornais, *biscuit* e EVA. O projeto contava com a participação de voluntários – “oficineiros” – e despertava nos alunos da EJA o interesse pela escola. O dia das oficinas era muito esperado e os alunos participavam das atividades com entusiasmo e dedica-

ção. Foi possível perceber no primeiro ano do projeto o retorno de alunos que já estavam em processo de abandono escolar.” Como boa parte dos bons projetos educativos em nosso país, a grande dificuldade era a falta de recursos, tanto para a compra de materiais para realização das oficinas, quanto do transporte dos “oficineiros”.

Para ela, projetos como esse ensinam que é preciso utilizar de muita criatividade para lidar com os problemas encontrados por aqueles envolvidos no mundo da EJA. Embora seja amparada por dispositivos legais, as “condições estruturais do atendimento da EJA ainda estão longe de serem consideradas suficientes para que essa modalidade de ensino cumpra plenamente com o seu objetivo de promover a formação acadêmica e a inclusão social das pessoas jovens e adultas que se encontram fora da faixa etária para o ensino regular, principalmente nos lugares mais longínquos e pobres do país”.

Em relação à formação dos educadores de EJA, Mary Jane pontua que, além das questões acadêmicas, a “formação ‘ideal’ que tanto se busca não está pronta, ela é adquirida na troca de conhecimentos entre ambos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem

e, sendo assim, não é uma ‘receita’ que possa ser obtida na universidade, mas uma construção feita progressivamente pelo próprio educador, na escola da vida docente, pela ‘troca’ de conhecimentos com os educandos e com seus pares de profissão a partir da realidade escolar e local”.

Para aqueles que trilham o caminho da Educação de Jovens e Adultos, Mary Jane diz que é preciso se perguntar: “quem são meus educandos da EJA?; quais suas perspectivas em relação à escola e aos conteúdos das minhas aulas?; qual a relevância do que estou ministrando na sala de aula para a vida cotidiana dos educandos da EJA, considerando que eles já possuem conhecimentos prévios vividos na prática de seu dia a dia? De posse das respostas, cabe ainda ao educador se perguntar: O que fazer para atender às necessidades educacionais dos meus educandos, detectadas nesse diagnóstico?.”

Se não há receita pronta, é porque a educação não admite fórmulas, apenas a contínua reflexão. Experiências como as de Mary Jane Araújo de Lima nos fazem ver o quanto ainda temos por fazer, mas também o quanto pode ser feito quando não se perde de vista o objetivo humanizador da educação. x

Infraestrutura são pessoas, reivindico que a prioridade seja EJA, pois sem isso não teremos desenvolvimento.
MOACIR GADOTTI



Livro ajuda muito desde que ele não mande na sala, desde que quem mande seja o aluno e o professor.
ANDRÉ LÁZARO

Como nos diz Paulo Freire, nós precisamos de uma educação emancipadora e, por meio da educação de jovens e adultos, nós podemos conseguir isso, formando cidadãos com qualidade e mais responsabilidade em nosso país.
ELIANA BARBOSA DA SILVA CARVALHO,
Manacapuru / AM

A educação de jovens e adultos é algo que nos preocupa no estado da Bahia, porque temos ainda um grande número de evasão escolar. Precisamos realmente aprender a analisar os livros didáticos, para usá-los de forma coerente e responsável.
ALDACIR BATISTA REQUIÃO, *Jacobina / BA*

Pensar em professor é pensar que cada um se eterniza na vida do seu aluno, quando consegue ensiná-lo a ler e escrever, descortinando a vida para ele. Um professor assim não morre nunca.
CLÁUDIA FURTADO, *Barcarena / PA*

As vozes da EJA gritam mesmo. A educação de jovens e adultos é um instrumento de crescimento da educação do município e até do Brasil.
FRANCISCO BELÉM ARRUDA FILHO,
Iranduba / AM



Só conhece a realidade de um lugar quem vive lá. A nossa casa é nossa escola, e nossos alunos da EJA também fazem parte da nossa vida.
GEYSE FERREIRA DA SILVA CURSINO,
Parintins / AM



Percebo que o ensino dos jovens e adultos propicia uma reinserção na sociedade e no mercado de trabalho, já que esse público não teve a oportunidade de aprender na idade própria.

JOÃO BATISTA DA COSTA JÚNIOR,
Guarulhos / SP

Espero que possamos efetivar a escola pública e popular que Paulo Freire tanto sonhou e almejou para o nosso país.

KLEBER GONÇALVES,
Cuiabá / MT

A importância da EJA é muito grande porque os educadores estão criando caminhos para aqueles que não tiveram acesso e oportunidade para estudar. Nós estamos trabalhando nas escolas para ampliação da EJA não só no noturno, mas também para atender aos trabalhadores que não podem estudar à noite, com aulas durante o dia.

MARCOS ARREBOLA, Vitória / ES

Vejo este momento como um momento ímpar para a educação de jovens e adultos, para que os profissionais da EJA possam refletir e se renovar para resgatar junto com seus alunos a cidadania.

VALDERESA BRÁS, Luiziânia / SP

Pensar em EJA é pensar em desafios, que devem nos motivar cada dia mais a perseverar para uma educação cada vez melhor.

SORAIA RAQUEL, Eunápolis / BA

Por favor, educadores, vamos acreditar nessa modalidade de ensino que é tão importante para que nossos jovens, adultos e idosos consigam galgar outros degraus mais importantes em sua vida. Vamos juntos batalhar por um Brasil melhor. Através da EJA nós podemos vislumbrar novos horizontes e o progresso virá ao nosso encontro.

KÁTIA AQUINO, Juiz de Fora / MG

Tratar todos com respeito, saber ouvir, procurar resolver problemas que dificultam as relações entre alunos, professores e funcionários da escola são práticas diárias que fazem com que o espaço escolar seja um ambiente acolhedor e facilitador no processo de aprendizagem.

MELISSA CARDOSO DA SILVA, Porto Alegre / RS

Edição anterior



Escreva para a EDUCATRIX:

educatrix@moderna.com.br

@euleioEDUCATRIX

Cartas para:

Rua Padre Adelino, 758 — 2º andar
Belenzinho — CEP 03303-904
São Paulo — SP





COMO SE CONSTITUI UM PROFESSOR DA EJA

A formação é e sempre será um atributo valorizado na carreira de um professor da EJA, desde que seja um processo contínuo e aliado a competências específicas, que somente a prática é capaz de proporcionar.

Por **SOLANGE PETROSINO**

Atualmente, não se concebem melhorias educacionais sem antes considerar como tema central a atuação do docente que, por sua vez, nos remete à sua formação inicial e permanente. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é diferente; entretanto, neste segmento, em resposta aos desafios apresentados, esse fator assume algumas particularidades, nem sempre contempladas na formação dos professores. Mas, sendo assim, qual é a formação necessária para um professor atuar na EJA?

É consenso na educação que a formação do docente é um fator determinante para a qualidade do ensino, no entanto, a crença de que um professor se constituiu no curso de graduação não existe mais. »

» FORMAÇÃO E ATENÇÃO À EJA

Os cursos de graduação para formação de professores, seja em pedagogia, licenciaturas em geral ou mesmo pós-graduação, têm sofrido pesadas críticas quanto à validade de seus currículos para uma atuação eficaz e eficiente a favor da aprendizagem. Quando o assunto é EJA, a formação de professores não tem recebido a atenção necessária. Segundo dados de uma pesquisa da Fundação Victor Civita (FVC), realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), em 2013, esta etapa é abordada em apenas 1,5% do currículo.

Independente dos cursos de formação inicial que precisam ser revistos, a formação continuada, em serviço, se faz condição necessária para a prática docente, já que a educação é um processo em constante transformação. Como define Pedro Demo na obra *Questões para a tele-educação*, “o professor deve ser a imagem viva do aprender a aprender”.

Então, como nasce um professor da EJA? Precisamos considerar alguns elementos, descritos a seguir, que fundamentam a prática docente e devem ser alvo de formação e exercício docente.

É preciso investir na formação do professor da EJA e na sua valorização, possibilitando condições para qualificar seu trabalho e, conseqüentemente, resultados positivos no desempenho dos alunos.

Como não há docência sem discência, citando o mestre Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia*, em particular no caso da EJA, é preciso conhecer os alunos, suas realidades, compreender como eles aprendem e considerar as causas de evasão ou da não entrada no sistema regular de escolarização.

Para isso, é preciso ter claro o que diferencia a educação de crianças e a educação de jovens e adultos, assim como o papel do educador junto a esses grupos. Portanto, os princípios andragógicos precisam ser conhecidos, pois é preciso pensar quais são os sujeitos dessa etapa.

A simples inserção desses alunos no sistema e a possibilidade de uma alfabetização básica não garantem bom desempenho, nem permitem melhorar sua qualidade de vida, seja no âmbito pessoal, social ou profissional. Considerar a diversidade e todas as suas nuances é o primeiro passo para estruturar uma proposta mais efetiva para esse segmento e, nessa perspectiva, o ofício docente comporta em si um escopo de responsabilidades pouco discutidas.

Frente às demandas apresentadas pela EJA, o material didático destinado a esse grupo precisa ser compreendido como um elemento importante de estruturação, mas não um fim em si mesmo. Precisa ser flexível o suficiente para as devidas adequações aos diferentes contextos, pois se trata de um material de apoio ao professor e um recurso facilitador do processo.

Discutiremos na sequência, mais detalhadamente, alguns desses aspectos, considerando os estudos de Ann Lieberman, quando diz que o trabalho de formação deve estar perto da realidade escolar e dos problemas que vivem os professores, e de Antônio Nóvoa, que ressalta o professor como elemento insubstituível, não somente no fomento das aprendizagens, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da diversidade, presentes na coleção *Metas educativas 2021 – A educação que queremos para a geração dos bicentenários*, publicado pela Fundação Santillana, em parceria com a OEI.



DIVERSIDADE: DESAFIO E RIQUEZA DA EJA

A diversidade é o que constitui o desafio e a beleza da EJA. Diversidade de público, não só de alunos, mas também de professores, de formações e de contextos.

Nesse caso, o saber docente deve englobar saberes cognitivos, competências e habilidades relacionadas, entre outras, a capacidade criativa, a flexibilidade para responder à diversidade que esse grupo apresenta, além da capacidade de mediar conflitos sociais e de diferentes origens.

Ao nos referir à educação, especialmente de adultos, pensamos em uma formação holística e com acesso democrático, abarcando todos os aspectos que compõem o sujeito.

O currículo da EJA deve estar alinhado à heterogeneidade que esse grupo apresenta, considerando as diferentes etnias, faixas etárias, localizações geográficas e origens, seja um aluno do campo ou urbano, detento, migrante ou participante de outras culturas. A consideração dessa diversidade tem uma importância imensa na construção de uma sociedade igualitária e justa, já que encontramos lacunas de aprendizagem geradas pelos diferentes percursos escolares.

Apesar da diversidade, todos esses alunos têm um ponto em comum: eles foram excluídos de um sistema educacional regular. Para trabalhar com jovens e adultos, o professor tem que reconstruir a representação de educação, pois se eles não acompanharam esse processo, não há como reforçar o modelo; caso contrário, estaria reforçando o fracasso.

Esses alunos foram excluídos por diferentes razões, como necessidade de trabalhar, poucos recursos financeiros da família, distância geográfica da oferta de educação formal, condições inadequadas de infraestrutura e didática, entre outras. Por isso, a proposta da EJA precisa proporcionar uma experiência que possibilite o crescimento da autoestima dos alunos e que os faça acreditar em sua capacidade de aprender, pois propiciar a retomada dos estudos a essa população excluída é uma questão humanitária e de justiça social.

PRINCÍPIOS ANDRAGÓGICOS

A andragogia, termo cunhado em 1968 por Malcolm Knowles, trouxe a sistematização do conceito de que a formação de crianças e a de jovens e adultos possui uma série de diferenças em termos neurológicos e de desenvolvimento psicológico. Knowles diferencia a pedagogia da andragogia e estabelece vários elementos que contrapõem um ao outro. Quando ele retoma os estudos, nos anos 1980, começa a aproximar os dois conceitos. Sonia Ribeiro, professora e doutora da Universidade de Coimbra, afirma que a aproximação da pedagogia com a andragogia acontece quando surgem os princípios socioconstrutivistas de Piaget e Vygotsky.

Vários são os princípios da andragogia, entre eles, a aplicabilidade de contextos educativos diversificados. Quando nos referimos ao adulto, sabemos que cada um já construiu a sua história e, portanto, essa diversidade se apresenta com mais intensidade. Atualmente, sabemos que cada criança também apresenta um perfil diferente, por isso não falamos mais de uma educação homogeneizada; entretanto, a curva entre as crianças da mesma faixa etária é muito menor do que uma sala de aula com adultos de diferentes idades. O princípio da andragogia baseia-se em uma aplicabilidade em diversos contextos e uma flexibilidade de atuação. »

“PARA TRABALHAR COM JOVENS E ADULTOS, O PROFESSOR TEM QUE RECONSTRUIR A REPRESENTAÇÃO DE EDUCAÇÃO, POIS SE ELES NÃO ACOMPANHARAM ESSE PROCESSO, NÃO HÁ COMO REFORÇAR O MODELO; CASO CONTRÁRIO, ESTARIA REFORÇANDO O FRACASSO.”

» Em um processo andragógico, o diálogo entre o educador e o educando acontece não só durante o processo de ensino-aprendizagem, mas também na construção e no planejamento desse processo. A andragogia costuma utilizar o termo *facilitador* para o educador e *aprendente* para o educando; os próprios nomes já sinalizam que professor e aluno são corresponsáveis pela aprendizagem. Esse educador passa a ser o orientador e facilitador, traz o aprendente para esse processo de maneira ativa, promovendo sua autonomia, de modo que ele possa reproduzir esse caminho sozinho, permanentemente.

Um processo andragógico considera o espaço para aprendizagem como um fator relevante, pois é importante que haja um clima favorável. Não estamos falando, apenas, de recursos físicos, mas de uma série de recursos de estabilidade e de apoio, que facilitem o dia a dia, assim como um material didático de qualidade para apoiar o trabalho.

Outro fator relevante é a experiência que esse adulto já possui, pois ela tem que ser a base da aprendizagem, pois não dá para construir ou planejar algo para EJA que não considere os saberes já adquiridos. Os alunos querem saber: por que estão aprendendo? O que estão aprendendo? Que sentido tem esse aprendizado? Eles aprendem melhor discutindo e fazendo do que lendo, vendo e ouvindo.

Na andragogia é importante legitimar os saberes do aluno, porque ao ser excluído do sistema educacional, normalmente, ele já apresenta uma baixa autoestima com relação aos seus saberes. Se quisermos dar igualdade de oportunidade para que ele possa competir, é necessário valorizar esse conhecimento, pois isso fará com que ele tenha uma melhor autoestima e se engaje no processo de aprendizagem. Seguindo os eixos do PCN, no que diz respeito à identidade, reafirmamos que é importante reforçar essa identidade, valorizá-la e considerar o mundo do trabalho e das oportunidades que eles têm, preparando sempre para a cidadania.

ELEMENTOS DE UMA PROPOSTA PARA EJA

A atuação docente na EJA tem que oferecer condições adequadas e objetivas de execução, entre elas materiais apropriados que sirvam como base para o trabalho docente, suporte para o planejamento e atuar como facilitador do acompanhamento, por parte dos gestores da escola.

Uma proposta para esse segmento deve estar baseada nos princípios andragógicos e nas concepções que fundamentam uma aprendizagem mais efetiva, tais como: aprendizagem significativa, desenvolvimento do domínio da linguagem, autoavaliação, desenvolvimento de competências e habilidades e tipologia dos objetivos educacionais.

A nicaraguense Nydia Verónica Gurdíán, pesquisadora desta área, diz que para ser coerente com uma visão ampla da educação de adultos, o seu objetivo deve estar centrado em oferecer respostas mediante a criação de oportunidades de aprendizagem múltiplas e variadas, em valorizar os saberes e a cultura dos jovens e adultos, bem como no conjunto de aprendizagens que vão além das áreas do conhecimento, relacionadas com o desenvolvimento de atitudes que incluem processos formativos diversos vinculados à participação cidadã, à geração de emprego, trabalho, capital e às necessidades específicas dos grupos a serem atendidos.

Para trabalhar dentro de uma perspectiva de aprendizagem significativa, a etapa inicial é o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, e, a partir disso, trabalhar temas relevantes e pertinentes para essa aprendizagem. David Ausubel, no livro *Aquisição e retenção do conhecimento*, relata como é feita a ancoragem do conhecimento e como o aluno dá significado e sentido para a aprendizagem quando seu conhecimento é considerado.

Outro conceito também bastante importante é a questão da linguagem, um instrumento muito importante que possibilita recursos de interação social. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul consolidou um estudo sobre esse tema no



livro *Ler e escrever: um compromisso de todas as áreas*, que mostra como a linguagem perpassa diferentes componentes curriculares e como ela tem que ser realmente um compromisso de todas as áreas; portanto, o domínio da linguagem tem que ser desenvolvido nesta proposta, envolvendo escrita, leitura, oralidade e vocabulário. Ao ampliar o vocabulário desse aluno, o professor amplia as possibilidades do mesmo se comunicar com mais propriedade e pertinência.

É necessário que, em condições adequadas de ensino e aprendizagem, a análise do texto apareça, tanto oral quanto escrita, considerando trabalhar diferentes gêneros que podem ou não fazer parte do cotidiano do aluno. A ideia é possibilitar que diversos outros gêneros façam parte desse contexto, inseridos em diferentes suportes, como vídeo, jornal, revista, computador, propaganda, bula de remédio e até mesmo uma entrevista de emprego.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), por meio do relatório *Delors*, apresenta quatro pilares da educação: *Aprender a aprender, Aprender a ser, Aprender a fazer e Aprender a conviver*.

Quanto ao planejamento, é importante considerar nos objetivos as diferentes tipologias: conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Como propõe o professor Antoni Zabala, em seu livro *A prática educativa*, esses objetivos aumentam a eficiência do planejamento e da avaliação da aprendizagem, promovendo a clareza do trabalho a ser desenvolvido e quais pontos necessitam de intervenção por parte do professor. Zabala define os três objetivos como importantíssimos, pois são conhecimentos acumulados da humanidade; portanto, têm que fazer parte de um processo de educação.

E por que é importante saber distinguir os três? Porque a partir do momento que você traça os objetivos por tipologia, você também traça estratégias e avaliações compatíveis para atingir os objetivos citados. Na escola, é muito comum o professor dizer: Temos que trabalhar para que o aluno tenha uma postura e atitude sustentável. Mas como é possível atingir esse objetivo se você não planeja estratégias e não avalia o resultado?

O desenvolvimento de competências e habilidades promove a autonomia do aluno e possibilita que ele dê continuidade aos estudos. Uma proposta para EJA tem que considerar que ele será um cidadão ativo, que conheça e exerça seus direitos e deveres, tenha autonomia nos estudos e uma aprendizagem ao longo da vida, não necessariamente no sistema escolar.

E, finalmente, uma proposta tem que ter clareza sobre a finalidade da avaliação, entendendo-a como contínua, formativa e inclusiva. A avaliação tem que contemplar uma proposta de flexibilidade e diversidade, de modo que o professor possa utilizá-la em diferentes contextos e adequá-la ao planejamento, sempre ao ritmo da turma e com o perfil do público. A autoavaliação tem de estar presente para que o aluno seja regulador de seu processo e ganhe autonomia de estudos.

Portanto, uma proposta bem estruturada pode auxiliar o professor a se constituir; apesar de ser um processo complexo e pessoal, muitas vezes, contar com apoio de materiais didáticos e guias permite alavancar essa empreitada.

Finalizo citando, novamente, Paulo Freire: ensinar exige alegria e esperança. A esperança de que o professor e os alunos juntos podem aprender e ensinar, inquietar-nos, produzir e, juntos, igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Os professores da EJA, engajados por definição, já trazem na sua essência esse saber, e isso é muito bom, pois já temos parte do caminho andado. ✕

EJA MODERNA

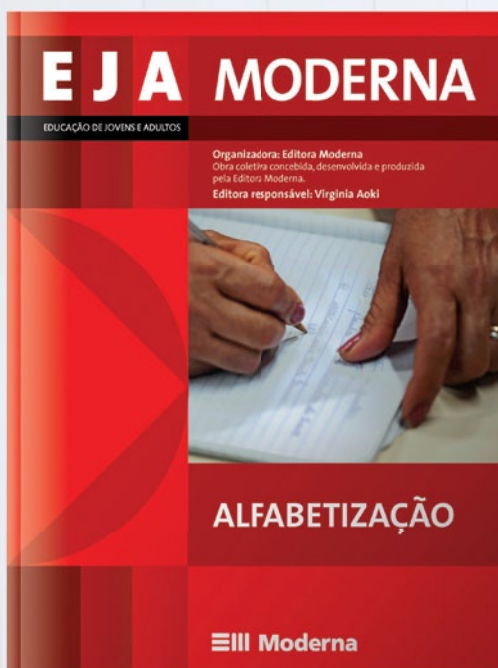
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Uma proposta para o público da **Educação de Jovens e Adultos**: pessoas maduras e talhadas por experiências de trabalho e de vida que trazem consigo práticas e valores já constituídos e vêm para a EJA com a expectativa de melhorar sua qualificação profissional e suas condições de vida.

Conheça nossas propostas para Alfabetização e anos iniciais do Ensino Fundamental

Você deverá optar por uma coleção em 3 volumes para os anos iniciais do Ensino Fundamental e por uma obra em volume único, com foco em Alfabetização.

EJA MODERNA – ALFABETIZAÇÃO



CÓDIGO
DA OBRA

002EJA2014

Volume único interdisciplinar:
Letramento e Alfabetização e
Alfabetização Matemática

UNIDADES TEMÁTICAS:

Unidade 1 – Identidade

Unidade 2 – O mundo do trabalho

Unidade 3 – Manifestações culturais

Unidade 4 – Ambiente e sociedade

CÓDIGO
DA COLEÇÃO
003EJA2014

EJA MODERNA – ALFABETIZAÇÃO E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

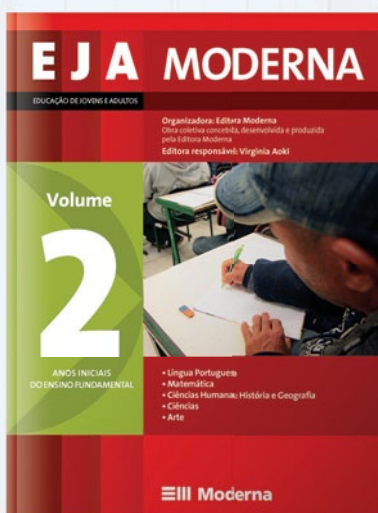


Vol. 1: Alfabetização

Aborda de forma interdisciplinar Letramento e Alfabetização Linguística e Matemática.

UNIDADES TEMÁTICAS:

- Unidade 1** – Identidade
- Unidade 2** – O mundo do trabalho
- Unidade 3** – Manifestações culturais
- Unidade 4** – Ambiente e sociedade

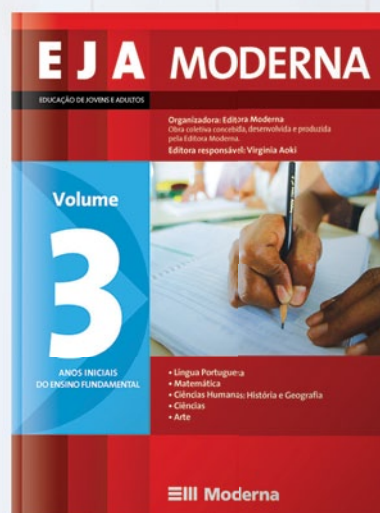


Vol. 2: para 2º e 3º anos

Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas (História e Geografia), Ciências e Arte.

UNIDADES TEMÁTICAS:

- Unidade 1** – Entorno natural, social e cultural
- Unidade 2** – A formação do território brasileiro
- Unidade 3** – Sociedade e meio ambiente



Vol. 3: para 4º e 5º anos

Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas (História e Geografia), Ciências e Arte.

UNIDADES TEMÁTICAS:

- Unidade 1** – Direitos e deveres do cidadão
- Unidade 2** – Participação e sociedade
- Unidade 3** – Patrimônio nacional

Atendimento Moderna
0800 770 7653

 **Moderna**

MOACIR GADOTTI

50 ANOS DE ANGICOS: UM SONHO INTERROMPIDO A SER RETOMADO

O analfabetismo adulto é um grande muro que separa os que sabem ler dos que não sabem. Por isso, Angicos representa um convite a um novo pacto social, em que a educação, exercida de comum acordo com os movimentos sociais e a sociedade civil, torna o Estado um instrumento de transformação social.

Em 1993, dia 28 de agosto, acompanhei Paulo Freire a Angicos (RN), trinta anos depois de ele realizar a experiência que o notabilizou no mundo. Ele dizia que aquela era uma viagem sentimental. Paulo estava reencontrando sonhos, pessoas, lugares de um grande projeto que marcou sua vida. Rever antigos alunos e monitores do seu projeto de alfabetização de adultos o emocionou muito. Naquela

data, ao receber o título de cidadão de Angicos, declarou: “Em nenhum lugar do mundo onde estive, fiquei mais tocado do que aqui e agora”.

Neste reencontro, alguns ex-alunos perguntaram por que Paulo Freire foi preso e por que a experiência não continuou. Ele explicou que aquele processo de democratização do país havia sido interrompido por um golpe de Estado em que muitos, »

» como ele, haviam perdido sua liberdade. Freire foi obrigado a partir para o exílio e não pôde dar continuidade a seu programa nacional de alfabetização. Ex-alunos disseram que, na época, haviam ido a Natal procurar seus professores e que, na Secretaria, disseram para não falarem mais naquele assunto.

Um dos grandes intérpretes da obra de Freire, o professor Carlos Alberto Torres, da Universidade da Califórnia, Los Angeles, também nos acompanhou e afirmou que Angicos não era apenas um símbolo da luta contra o analfabetismo no Brasil, mas era um marco em favor da universalização da educação em todos os graus, superando a visão elitista. É a partir desta afirmação de Carlos Torres que gostaria de tecer alguns comentários.

ANTECEDENTES

A história de Angicos tem importantes antecedentes. Já nos anos 1950 do século passado, Paulo Freire percebeu que os métodos utilizados na alfabetização de adultos eram os mesmos utilizados para alfabetizar crianças. Com a experiência que já havia tido, trabalhando no SESI, em Recife, via que isso era pedagogicamente inadequado, além de humilhar os alfabetizandos.

Os anos que precederam a experiência de Angicos foram muito favoráveis à sua realização. Havia um contexto de mobilização popular em todo o nordeste brasileiro. Em 1960, na gestão do recém-empossado prefeito Miguel Arraes, foi criado o Movimento de Cultura Popular – MCP, em Recife, com 90 sócios fundadores, tendo Germano Coelho como um dos seus idealizadores e Paulo Freire como um de seus membros mais atuantes. Os ideais do MCP espalharam-se rapidamente por diversos Estados do Nordeste. O MCP associava a cultura popular à luta política, conscientizando as massas e alfabetizando por meio de círculos de cultura.

No ano seguinte, 1961, várias iniciativas faziam parte deste contexto favorável a uma alfabetização de adultos cidadã e emancipadora. Em primeiro lugar o lançamento, pelo secretário da educação de Natal (RN), Moacyr de Góes, da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, na gestão do prefeito Djalma Maranhão, entendendo a educação e a cultura como instrumentos de libertação. Neste mesmo ano, a Igreja Católica funda o Movimento de Educação de Base – MEB, uma parceria entre o Governo Federal e a CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), para contribuir no processo de alfabetização de adultos, utilizando a rede de emissoras católicas, promovendo a valorização do ser humano e o desenvolvimento das comunidades. Ainda em 1961, a União Nacional dos Estudantes –

UNE cria o Centro Popular de Cultura – CPC, abrindo caminho para a politização das questões sociais. Seu objetivo era criar e divulgar uma arte popular revolucionária, defendendo o engajamento político do artista para superar a alienação e a consciência ingênua das massas. Para isso, promovia a encenação de peças de teatro críticas em portas de fábricas, nas ruas e em sindicatos.

Um ano antes de Angicos, em 1962, Paulo Freire e a equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife assessoraram a Campanha de Educação Popular da Paraíba – Ceplar, criada em João Pessoa por estudantes universitários e profissionais recém-formados para a alfabetização de adultos. Em Angicos, Paulo Freire manteve essa proposta de utilizar estudantes universitários como alfabetizadores.

A experiência de Angicos nasce de um convite feito, em 1962, por Calazans Fernandes, secretário da educação do Estado do Rio Grande do Norte e coordenador do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte – SECERN. Calazans Fernandes e Maria José Monteiro, ex-aluna de pedagogia de Paulo Freire, reuniram-se com ele no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife para falar sobre o projeto de Angicos. Paulo Freire aceitou o convite com duas condições: autonomia para contratar os coordenadores e alfabetizadores e não interferência político-pedagógica e ideológica (Paulo Freire temia que o fato dos recursos virem da Aliança para o Progresso pudesse interferir no seu trabalho).



Paulo convidou Marcos Guerra, estudante de Direito e presidente da União Estadual dos Estudantes, para formar a primeira equipe de alfabetizadores (monitores) para o Programa de Alfabetização de Angicos, uma parceria entre o SECERN e o SEC/UR (Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife) do qual Paulo Freire era diretor. O trabalho se iniciou em dezembro daquele ano com o levantamento do número de analfabetos de Angicos e com a pesquisa do “universo vocabular” (palavras e temas geradores). Com a colaboração da educadora Elza Freire, esposa de Paulo Freire, foram selecionados 21 coordenadores (alfabetizadores) dos Círculos de Cultura, entre eles Madalena Freire, filha de Paulo Freire, então com 17 anos, e os coordenadores Marcos Guerra e Carlos Lyra.

EDUCAR PARA EMANCIPAR

O projeto foi lançado dia 18 de janeiro de 1963 com a aula inaugural de Paulo Freire, na presença de Aluísio Alves, governador do estado. 380 moradores de Angicos começaram a sua alfabetização. No dia 24 de janeiro, foi dada a primeira aula regular do projeto sobre o tema: “Conceito antropológico de cultura”, iniciando a primeira das “Quarenta horas de Angicos”. Na primeira aula de alfabetização foi utilizada a palavra geradora “belota”. As aulas eram dadas ao mesmo tempo em que aconteciam as reuniões de formação continuada dos coordenadores dos Círculos de Cultura, refletindo sobre a sua prática.

A primeira turma da experiência de Angicos concluiu o curso no dia 2 de abril de 1963 com a cerimônia de entrega de certificados aos que haviam se alfabetizado (300) com a presença do presidente da República João Goulart e de vários governadores do Nordeste e de representantes da Aliança para o Progresso, na qual também falou Aluísio Alves, Paulo Freire e o aluno alfabetizado Antonio Ferreira. No seu discurso, Paulo Freire enfatizou os princípios científicos e filosóficos do seu método, propondo uma educação que conscientize o povo brasileiro e supere a compreensão predominantemente “mágica”, por uma visão crítica do saber. Explicou aos presentes os passos de sua metodologia que impulsionava os alfabetizados a serem sujeitos da sua própria história. »

“NO SEU DISCURSO, PAULO FREIRE ENFATIZOU OS PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS E FILOSÓFICOS DO SEU MÉTODO, PROPONDO UMA EDUCAÇÃO QUE CONSCIENTIZE O POVO BRASILEIRO E SUPERE A COMPREENSÃO PREDOMINANTEMENTE ‘MÁGICA’ POR UMA VISÃO CRÍTICA DO SABER.”





» Mais do que uma experiência bem-sucedida de alfabetização de adultos, Angicos formava para a cidadania ativa, pensando numa mudança radical da sociedade brasileira, transformando “massa” amorfa em “povo” participante. A Revista Estudos Universitários, da Universidade do Recife (nº 4, Abril/Junho de 1963) publicou os primeiros estudos sobre o “Sistema Paulo Freire” com ensaios de Jarbas Maciel, Jomar Muniz de Britto, Aurenice Cardoso, um artigo de Pierre Furter e outro de Paulo Freire sobre conscientização e alfabetização, em que ele rebate críticas da imprensa conservadora que o acusavam de confundir alfabetização com politização.

A experiência de Angicos repercutiu nacional e internacionalmente. Para Angicos, deslocaram-se representantes de vários jornais. A experiência de Angicos era uma primeira fase do programa de alfabetização, por meio de um “método simples, claro e eficiente” que, “matando a fome da cabeça” e transformando Angicos numa comunidade forte, consciente e empreendedora, forma pessoas para “contribuir com as magnas decisões da Pátria”, como diz um dos documentos divulgados na época.

O PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

O presidente João Goulart viu, na experiência de Angicos, a possibilidade de tirar milhões de brasileiros da miséria e inclui-los na cidadania. Em junho de 1963, Paulo de Tarso Santos assume o Ministério da Educação. Darcy Ribeiro, seu antecessor, recomenda chamar a Brasília Paulo Freire para conceber um programa nacional de alfabetização baseado no experimento de Angicos. Em 16 de julho, a Portaria Ministerial 195 instituiu, junto ao Gabinete do Ministro da Educação, a Comissão de Cultura Popular “com o objetivo de implantar, em âmbito nacional, novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelos benefícios da educação”. Paulo Freire é nomeado presidente desta comissão. Sua primeira tarefa foi fazer um levantamento nacional do número de analfabetos para subsidiar o futuro Programa Nacional de Alfabetização. O número de analfabetos de 15 a 45 anos, em setembro de 1963, era de 20.442.000.

João Goulart, por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, instituiu o Programa Na-

cional de Alfabetização, consagrando o “Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido”. O Programa Nacional de Alfabetização previa a cooperação e os serviços de agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis.

Tudo isso cairia por terra com o golpe civil militar de 1964. Dia 14 de abril, logo após o golpe de estado, o Decreto nº 53.886, um dia antes do General Castelo Branco assumir o poder, extinguiu o Programa Nacional de Alfabetização.

Depois disso, a história é bem conhecida. Paulo Freire foi preso e passou 72 dias numa cadeia do quartel de Olinda, acusado de “subversivo e ignorante”. Em setembro de 1964, Paulo Freire partiu para o exílio.

SIGNIFICADO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE ANGICOS

Angicos foi a fermentação de um processo de mudança pedagógica, além de anunciar a possibilidade de mudanças políticas e sociais. Na turbulência social da época, em que a alfabetização de adultos aparecia como pré-condição para o desenvolvimento social, político e econômico, Angicos foi “a voz dos nordestinos clamando por justiça social, por solidariedade, por democracia”, como nos dizia, em 2012, Carlos Alberto Torres, insistindo na necessidade de celebrar os “50 Anos de Angicos”.

Angicos não pode ser celebrado como algo do passado, mas como uma referência histórica neste momento em que a sociedade brasileira está buscando, por meio da Conferência Nacional de Educação – Conae, a construção de um Sistema Nacional de Educação. Angicos aponta para a defesa da educação pública de excelência, no contexto de um estado democrático. Angicos não deve apenas ser celebrado, deve ser retomado, uma vez que representa muito mais do que um projeto de alfabetização de adultos. Angicos representa, sobretudo, um projeto de nação alfabetizada. Trata-se da retomada de uma filosofia e de uma política.

Angicos representa um convite a um novo pacto social, em que a educação, exercida de comum acordo com os movimentos sociais e a sociedade civil, torna o Estado um instrumento de transformação social, um instrumento de gestão do desenvolvimento, um instrumento de luta contra a opressão, um instrumento de libertação, e não simplesmente de regulação e de governança da ação social, como querem os neoliberais.

Vivemos hoje um momento novo e virtuoso na educação brasileira, com grandes realizações no acesso à Educação Infantil e ao Ensino Superior, na expansão do Ensino Técnico, na política de educação integral e inclusiva e na melhoria da educação básica em busca de sua universalização. Angicos nos inspira a continuar nesse processo, ampliando a luta pelo fim do analfabetismo de milhões de jovens e adultos brasileiros, como compromisso de um governo democrático e popular. Esta poderá ser uma marca fundamental de um Brasil sem miséria, pois é sabido que o analfabetismo é fator e produto da miséria de um povo.

O analfabetismo adulto é um grande muro que separa os que sabem ler dos que não sabem. Trata-se de um verdadeiro *apartheid social* que ainda persiste entre nós. E não se trata só do analfabetismo em relação às letras, mas também de um analfabetismo político.

A causa que levou Paulo Freire a Angicos continua viva. Mas é preciso que o sonho interrompido seja retomado. O sonho de Paulo Freire só será completado quando o Brasil estiver livre do analfabetismo. Mais de 36 milhões de brasileiros já superaram a pobreza nos últimos dez anos. Foi dada prioridade a crianças e jovens considerados como o futuro do Brasil. Mas, para que essas crianças e jovens tenham realmente um futuro, precisam do apoio da família, da educação dos seus pais e familiares, precisam de uma **Educação Popular de Jovens e Adultos**. As crianças e jovens não vão sair da miséria sozinhos. Precisam dos adultos. É a família como um todo que precisa sair da miséria e a miséria está associada ao analfabetismo. É irmã-gêmea do analfabetismo. Por isso, não podemos e nem devemos separar a educação de crianças e jovens da educação de adultos. Seria um grave equívoco, comprometendo a construção do país que queremos, justo, produtivo e sustentável. ✕

“ANGICOS FOI A VOZ DOS NORDESTINOS CLAMANDO POR JUSTIÇA SOCIAL, POR SOLIDARIEDADE, POR DEMOCRACIA.”

Moacir Gadotti é professor há 46 anos, com formação em Pedagogia e Filosofia. Doutor em Ciências da Educação na Universidade de Genebra e Livre-docente pela Unicamp. Autor de diversos livros, inclusive em parceria com Paulo Freire. Possui um grande número de publicações em que desenvolve uma proposta educacional focada na formação crítica do educador. É diretor do Instituto Paulo Freire.

EJA MODERNA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A coleção busca incentivar o protagonismo social e a participação ativa dos alunos como cidadãos. Os temas que perpassam as unidades estão relacionados com as práticas sociais dos alunos jovens e adultos, como trabalho, saúde, meio ambiente, cidadania, participação social e pluralidade cultural.

"Não há saber mais
ou saber menos:
Há saberes diferentes."
Paulo Freire



Moderna

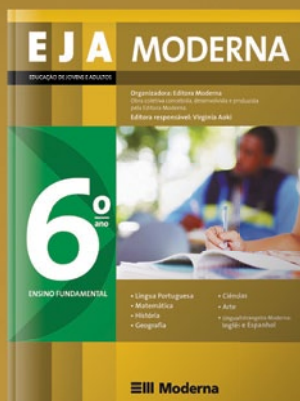
Moderna

Moderna

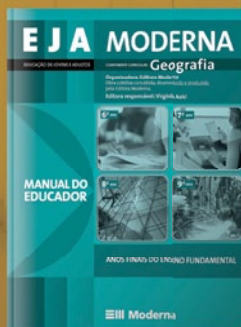
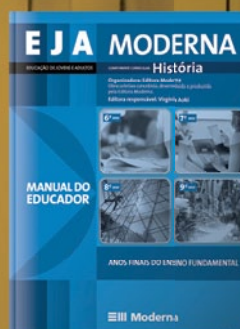
Moderna

Conheça a coleção para os anos finais do Ensino Fundamental

LIVROS DO ALUNO



MANUAIS DO EDUCADOR



CÓDIGO DA COLEÇÃO
004EJA2014

7 manuais do educador • 4 livros do aluno

Enquanto os livros do aluno estão divididos em ano e contemplam todas as disciplinas, os manuais do educador são por disciplina e reproduzem as páginas dos quatro livros do aluno correspondentes à disciplina, a fim de respeitar as particularidades de aprendizado dos alunos e o trabalho do educador.

Folheie os livros no site: www.modernadigital.com.br

Atendimento Moderna
0800 770 7653

Moderna



EJA, ESPAÇO PARA APRENDER, FAZER E SER...

Propomo-nos relatar algumas das estratégias exercidas no cotidiano da EJA, a fim de partilhar práticas, estudos, conflitos, aprendizagens e significados. Temos a preocupação de valorizar a decisão da retomada dos estudos, bem como a inserção de alunos oriundos do ensino regular diurno.

Por **JUCELIA OLIVEIRA RODRIGUES** e **MELISSA CARDOSO DA SILVA**

Nos últimos dois anos, a crescente chegada dos jovens em idades entre 15 e 16 anos, vindos de Classes de Progressão, as CPs e BPs, também suscitam a urgência de discussões acerca de mudanças (significativas) no perfil dos alunos da EJA. Historicamente, a EJA atendia alunos jovens e trabalhadores que não haviam concluído seus estudos, buscando na escola o resgate de sua educação formal. Essa busca tam-

bém tinha outros motivos; contudo, a permanência frente às dificuldades do cotidiano muitas vezes se sobrepunha ao objetivo principal, intensificando a evasão.

O fracasso escolar também é muito citado por eles. Muitas reprovações, abandonos durante o ano letivo, humilhações vividas na escola e na própria família, distancia-os da educação formal. »

» Importante destacar, também, entrelaçados com esses diferentes interesses, muitos alunos são acompanhados de trágicas histórias de vidas que os impediram de estudar, fazendo com que a relação com a aprendizagem seja temerosa, quando até traumática.

Pertinente o que nos diz Paulo Freire, em *Pedagogia da autonomia*:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegaram a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Atualmente, como já citamos, o perfil é outro.

Nossas turmas são constituídas, desde as totalidades iniciais, por adolescentes e adultos, com diferentes interesses, dentre eles a exigência do trabalho de conclusão dos estudos, a satisfação pessoal, a recuperação do tempo perdido e a obrigação dos menores em função da lei e manutenção de auxílios do governo, como Bolsa Família, por exemplo.

Ainda nesse contexto, podemos incluir os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEEs) que, na EJA, possuem características a serem respeitadas nas suas especificidades.

Enquanto equipe diretiva da escola, cabe a nós pensarmos estratégias para que os alunos, apesar de todos os entraves que enfrentaram e enfrentam na retomada e continuidade de seus estudos, concluem o Ensino Fundamental com prazer de aprender num espaço de respeito, no convívio com a diversidade e valorização de suas habilidades. Como diz Márcia Faustini, em *O processo de aprendizagem*, publicado na revista *Educação e cidadania* (vol. 1): “Aprendizagem não é preparação para a vida; porque é vida, implica *reorganização do eu na redefinição do si*. A aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsabilmente do processo e não ‘engole’ conteúdos, quando ocorre interesse total em termos de sensibilidade, sendo assim, torna-se mais duradoura”.

“TRATAR TODOS COM RESPEITO, SABER OUVIR, PROCURAR RESOLVER PROBLEMAS QUE DIFICULTAM AS RELAÇÕES ENTRE ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA SÃO PRÁTICAS DIÁRIAS QUE FAZEM COM QUE O ESPAÇO ESCOLAR SEJA UM AMBIENTE ACOLHEDOR E FACILITADOR NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM.”

Nesta perspectiva, elencamos as estratégias em tópicos, para que possamos organizar nossas ações, avaliação das mesmas e repensarmos novas medidas necessárias.

HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES

Tratar todos com respeito, saber ouvir, procurar resolver problemas que dificultam as relações entre alunos, professores e funcionários da escola são práticas diárias que fazem com que o espaço escolar seja um ambiente acolhedor e facilitador no processo da aprendizagem. Humberto Maturana, em *Da biologia à psicologia*, refere que a conversa, na ação educativa, é elemento central na relação que produz o conhecimento. Para ele, “a palavra conversa vem da união de duas raízes latinas, ‘cum’, que significa ‘com’, e ‘versare’, que significa ‘dar voltas’, de maneira que conversar, em sua origem, significa dar voltas com outro”. A conversa constituiu-se, assim, em um espaço relacional por excelência na ação educativa.

A Direção e a Coordenação Pedagógica estão sempre à disposição da comunidade escolar, tendo a consciência de que são percebidas como exemplo de respeito e adequação na resolução de conflitos. Devido ao grande número de alunos menores, muitas vezes os conflitos são resolvidos com a presença das famílias, pois esta parceria é fundamental para a valorização do espaço de aprendizagem.

PARTICIPAÇÃO NOS RECREIOS

Recreio é o nome dado carinhosamente ao intervalo entre os dois módulos de aula de 1h35min. Sempre foi sentido como um momento de descontração, convívio entre colegas e descanso, já que a maioria está no seu terceiro turno de atividade. Aproveitamos, então, esse momento para circularmos entre os alunos e participarmos desses minutos mais informais. Não só a Direção e SOE (Serviço de Orientação Educacional), mas muitos professores também preferem estar no pátio da escola, pois esta integração estreita os laços afetivos de todos. Como afirma Maturana, na obra *Emoções e linguagem na educação e na política*: “o educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente como o do outro no espaço de convivência”.

BIBLIOTECA ABERTA NOS RECREIOS

O trabalho da biblioteca é muito qualificado e valorizado na escola, promovendo diferentes atividades culturais e de integração. No recreio, a biblioteca fica aberta sendo mais uma opção de lazer e cultura, além de oportunizar que os alunos possam colocar músicas, sendo designado um responsável na organização. Essas tocam durante o período do recreio, tornando o ambiente mais alegre.

Também contamos com um trabalho de contação de histórias para as totalidades iniciais com um período semanal, no qual são lidos contos de amor, populares e de esperteza,



poemas, adivinhas, provérbios, frases de caminhões, piadas, tendo logo após um bate-papo, sendo partilhadas experiências da infância e juventude, principalmente dos alunos mais velhos para com os mais jovens, que se interessam e curtem muito esse momento.

Com as totalidades finais, são feitas parcerias com as disciplinas; exemplo disso é o trabalho das lendas urbanas desenvolvido em Língua Portuguesa, assim como os trabalhos de pesquisa, as retiradas de livros semanalmente, dentre outros.

FEIRA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA EJA

Com o objetivo de valorizar as habilidades dos alunos, em 2011, promovemos a 1ª Feira de Serviços e Produtos da EJA. Nesse evento, os alunos que previamente se inscreveram puderam apresentar, oferecer e vender suas produções e serviços. Tivemos vendas de doces, tortas e salgados, de artesanatos, estúdio fotográfico e brechó. Em 2012, a 2ª edição da feira conta, também, com apresentações artísticas.

PASSEIOS CULTURAIS E PEDAGÓGICOS

Acreditando que as aprendizagens não acontecem somente na sala de aula, tentamos, na medida do possível e dos orçamentos, oportunizar aos nossos alunos vivências além do espaço escolar formal. Somos assíduos na Feira

do Livro de Porto Alegre, na Bial do Mercosul e no Acampamento Farroupilha. Quando possível, vamos ao teatro e ao cinema.

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Em 2011, a EJA participou dos Jogos Escolares Municipais, evento que oportuniza a integração com alunos de outras escolas em jogos cooperativos e competitivos. Também, no Projeto Cinema na Escola, em 2012, assistiram ao filme *A última estrada da praia* e debateram com o produtor e diretor de cinema, Fabiano de Souza, uma experiência interessante e significativa, tendo nossos alunos participado com entusiasmo e senso crítico aguçado do debate.

PALESTRAS COM REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

Em abril de 2012, a escola completou 15 anos. Dentre as atividades comemorativas, tivemos a palestra sobre a história do Bairro Mário Quintana, contada por representantes da comunidade. Também, com a parceria com o Posto de Saúde Unidade Chácara da Fumaça, palestra e debate com os alunos sobre o SUS, sobre os serviços oferecidos para a comunidade no posto de saúde e as necessidades dos usuários. »

» REUNIÃO COM OS PAIS DOS ALUNOS MENORES

Como a procura de alunos menores de idade na modalidade EJA vem crescendo anualmente e por acreditarmos que a parceria família e escola é fundamental para a qualificação no processo de ensino e aprendizagem, já realizamos duas reuniões com os responsáveis pelos alunos menores de idade. Essa reunião tem como objetivos esclarecer as especificidades da Modalidade EJA (currículo, organização das turmas e avaliação), apresentar as normas da escola e estabelecer parceria com as famílias.

ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS NO MOMENTO DA MATRÍCULA DE ALUNOS MENORES

Como já foi citado anteriormente, muitos alunos menores acabam migrando das turmas do diurno para a EJA. Quando eles já são da escola, a troca de turno só se dá após entrevista com o aluno interessado e os responsáveis por ele. Esse momento é importante para que tanto aluno e família entendam que a modalidade EJA tem um funcionamento diferente do ensino regular, e que as exigências serão maiores. A conversa possibilita o primeiro contato para que todos estreitem laços de parceria.

TURMA DE PROJETO DIFERENCIADA

A procura pela EJA de alunos com necessidades educacionais especiais vem crescendo espantosamente e, muitas vezes, já nos damos conta nos primeiros dias de aula. Na ficha de matrícula existe um item que especifica se o aluno possui alguma necessidade educacional especial ou algum cuidado com a saúde. Dentre os matriculados, somente alguns especificaram serem portadores de NEEs. O desafio de acolher esses alunos e de promover a aprendizagem com qualidade, questionamentos, estratégias demandam a escrita de um novo artigo. Porém, já que estamos fazendo este relato em relação ao acolhimento, humanização das relações e o estímulo ao desejo de aprender, registro aqui a nossa experiência com a criação de uma Turma Projeto, atualmente T53, que tem um trabalho diferenciado e que procura respeitar as especificidades de cada aluno. No ano de 2010, houve a formatura da 1ª Turma Projeto e, sendo a avaliação positiva desta experiência, a SMED validou a criação de uma nova turma em 2011, a T32.

“PENSAMOS QUE ‘RESPEITAR’ E ‘CONVIVER’ POSSUEM SENTIDOS DIFERENTES E QUE, NO ESPAÇO ESCOLAR, O RESPEITO PODE HAVER SEM NENHUMA INTERAÇÃO, OU SEJA, APESAR DE NÃO CONCORDAR COM A OUTRA PESSOA, É IMPORTANTE RESPEITAR O JEITO DELA, NÃO A IMPORTUNANDO.”

Simplificando, os alunos têm os componentes curriculares com uma professora-referência e Arte-Educação e Educação Física com professores especializados. Concluímos, nesses dois anos de Turma Projeto, que os alunos permanecem na escola principalmente por sentirem-se seguros, capazes e respeitados nos seus ritmos de aprendizagem.

LETRAMENTO

Em 2012, fomos contemplados com a possibilidade de oferecer um apoio pedagógico aos nossos alunos de NEEs. Deslocamos 10 horas de uma de nossas professoras que tem formação em psicopedagogia para trabalhar individualmente com as necessidades dos nossos alunos que, possivelmente, se menores e no ensino regular diurno, estariam sendo atendidos pela SIR (Sala de Integração e Recursos).

O maior objetivo deste atendimento é dar apoio e suporte para que esses alunos não desistam da escola por não acompanharem as turmas em que estão inseridos, pois nem todos estão na Turma Projeto. Os alunos são atendidos individualmente ou em pequenos grupos na sala do Laboratório de Aprendizagem da escola, usufruindo dos recursos pedagógicos que o espaço oferece.

PRÉ-CONSELHO

Com o objetivo de oportunizar mais o diálogo entre equipe diretiva e alunos da escola, exercitar a escuta, a crítica e o comprometimento com os acordos feitos, a Direção e a Coordenadora Pedagógica visitam todas as turmas, uma vez no semestre, para uma conversa franca de avaliação da escola, de aprendizagens e de autoavaliação. As observações, demandas e acordos são relatados aos professores no Conselho de Classe da turma, que utilizam os dados na qualificação das aulas e relações interpessoais.

ESTUDOS NÃO PRESENCIAIS

De acordo com a Resolução CME/PoA nº 009, de 8 de janeiro de 2009, Art. 12 diz: “A possibilidade de oferta de até 20% (vinte por cento) de carga horária anual com estudos não presenciais planejados, avaliados e registrados pelo professor é permitida na modalidade EJA, devendo constar no Plano Político Pedagógico e no Regimento Escolar das instituições de ensino”.

Até 2011, a escola ofereceu oficinas nas sextas-feiras, dia em que os professores se reúnem para estudos pedagógicos. Porém, a frequência era mínima, principalmente pela rotatividade de professores e estagiários que ministravam as aulas. Em 2012, optamos pelos estudos não presenciais, que funcionam da seguinte forma: cada professor especializado é responsável pela organização e avaliação da atividade na semana. Esta atividade é entregue na reunião de sexta-feira para a Coordenação Pedagógica, é encaminhada para a tiragem de cópias, entregue nas quintas-feiras para os alunos e devolvida na segunda-feira para que o professor corrija e avalie.

Na primeira experiência de estudo não presencial, a adesão de entrega da atividade para a correção na segunda-feira foi pequena. Mas, na medida em que os alunos foram vendo o quanto a atividade realizada era valorizada pelos professores, foram incorporando a ideia e, atualmente, esta prática já faz parte do cotidiano da escola. Entregando a atividade na segunda-feira, os alunos têm presença na sexta-feira. Porém, mesmo quando não entregue no dia combinado, eles fazem questão de procurar a Coordenação Pedagógica e Direção para garantir a correção do “tema”. Sentem-se valorizados e cumpridores de seu papel como aluno.

FORMATURA DA EJA

Nossa escola completou 16 anos em 2013 e temos a modalidade EJA desde 2000. Durante esses anos as formaturas do Ensino Fundamental já foram realizadas de diferentes formas, ora os três turnos juntos, ora o diurno separado do noturno. Nas últimas formaturas, temos optado por realizá-las separadamente das turmas do diurno, principalmente por levarmos em conta as sugestões e opiniões dos alunos formandos.

Temos observado que seus argumentos são pertinentes, pois na EJA parece que o sentimento que envolve o vencimento dessa etapa tem um sentido diferente dos jovens do ensino regular. A formatura, o evento em si, somente com os alunos, professores, funcionários e familiares da EJA tem tido identidade própria, e os alunos se sentem mais valorizados, personagens principais daquele momento.

Em 2011, fomos agraciados com a visita do repórter da RBS, Manoel Soares, que escolheu nossa escola para realizar uma matéria sobre a EJA (o retorno dos alunos mais experientes na escola). Esta reportagem teve uma grande repercussão, principalmente na comunidade escolar do Bairro Mário Quintana e foi reproduzida para nossos alunos na formatura da EJA de dezembro de 2011. O repórter comentou durante a visita o quanto observou a afetividade que existia na escola, em todos os ambientes.

REGRAS DE CONVIVÊNCIA

Conviver com as diferenças têm demandado, também, muita atenção, pois seguidamente nos deparamos com situações de queixas, mágoas e, infelizmente, agressões físicas devido à pouca tolerância com a diversidade de opiniões, de gênero e de características específicas de gerações. Pensamos que “respeitar” e “conviver” possuem sentidos diferentes e que, no espaço escolar, o respeito pode haver sem nenhuma interação, ou seja, apesar de não concordar com a outra pessoa, é importante respeitar o jeito dela, não a importunando. Porém, se não se consegue interagir com ela, fazer um trabalho em grupo, pensar nela como parte da turma de aula, não se convive. Nesse sentido, Direção e SOE mantêm diálogo constante com os alunos, professores e funcionários, buscando aprofundar as reflexões, diferenciando liberdade e libertinagem, o que é ou não adequado no espaço escolar, valorizando as relações afetivas e os jeitos de aprender nas diferentes gerações. »



» A questão relacionada com a liberdade tem muito a ver com o gênero. Cada vez mais os adolescentes têm assumido sua sexualidade no ambiente escolar e, muitas vezes, cabe à equipe diretiva auxiliá-los nesse momento. Por meio de conversas, escuta e acolhimento, tentamos atender dentro de nossas possibilidades esses jovens que estão conseguindo assumir sua sexualidade; porém, na maioria das vezes, sofrendo discriminações. Mas o que nos chama muita atenção é que eles não se queixam disso, e sim da falta de afeto de seus pares e seus amores. Parece que “estão” preparados para o sofrimento da discriminação da sociedade, mas não para a rejeição de quem amam.

Quanto ao que é ou não adequado no espaço escolar, além das regras de convivência, tem a ver com a postura, principalmente dos alunos e, geralmente, nas situações fora da sala de aula (recreio, início e término do turno). Meninos que colocam o som de seus aparelhos celulares ou miniaparelhos muito alto e, geralmente *funks* de depreciação à mulher, meninas que dançam eroticamente aos sons dos meninos, casais de namorados que “exageram” na troca de carinhos, meninas que se vestem para ir à escola como se fossem a um Baile Funk, alunos que insistem em fumar nas dependências da escola, gritos e brincadeiras inadequadas nos corredores... Nestas situações, uma conversa, lembrando as regras da escola, geralmente resolve.

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

Um dos grandes desafios e assunto constante nas reuniões pedagógicas é em relação ao cotidiano da sala de aula. Como já foi relatado antes, nossas turmas possuem uma diversidade de gerações e motivos para retornar aos estudos. Os alunos mais experientes não conseguem compreender como os jovens aprendem com barulho, som ligado e aparente desorganização. Já os mais jovens não se motivam com as aulas tradicionais: quadro, livro, silêncio. Os professores precisam articular práticas que atendam a essa diversidade, agregando mais um componente conflitivo; na EJA é comum toda semana um novo aluno ser matriculado.

Nesse contexto, nossos educadores constantemente relatam suas angústias, preocupações e frustrações, principalmente frente ao currículo ainda não definido, apesar de inúmeros estudos, porém, esses não de forma clara e objetiva, mas principalmente conclusiva, a fim de que oriente o trabalho. Foram feitas pesquisas, formações, porém, é sabido que, na esfera pública, com a mudança das lideranças, inicia-se tudo de novo e, assim, muitas vezes o trabalho fica comprometido. Como temos uma mantenedora, temos diretrizes a cumprir, precisamos estar em sintonia, as escolas fazem parte da rede municipal de educação. Como diz Paulo Freire na obra *Pedagogia da indignação*, “temos de ser educadores situados em nosso tempo: é certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que ‘chegam’ em sua geração. E não fundados em devaneios, falsos sonhos

sem raízes, puras ilusões. (...) A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador”.

Mas cabe a nós, educadores, lutarmos, trabalharmos em prol do que almejamos construir, manter, mudar, enfim, viabilizar nosso fazer. Ficar na situação de quem é a culpa certamente não nos levará a lugar algum e não é passível mais de discussão com professores tão qualificados. Cabe, sim, buscar práticas que favoreçam a aprendizagem de nossos alunos, que viabilizem o acesso à escola, que esses sintam que nesse espaço é possível aprender e ensinar o que sabem, que é possível encontrar professores felizes, humanos que, como eles, têm problemas, trabalham para sustentar suas famílias, prepararam-se para partilharem seus saberes e desejam que seus alunos aprendam.

Assim, nossas reuniões acontecem semanalmente com momentos de planejamento, avisos, relatos dos atendimentos da semana (SOE), escuta do desenvolvimento das aulas. Atualmente, os professores estão apresentando para o grupo os objetivos conceituais, procedimentais e atitudinais de suas disciplinas, para que tenhamos um “panorama” do trabalho desenvolvido, partilhando e, quem sabe, elencando mais parcerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando nossas estratégias, temos que elevar o número de responsáveis na reunião que organizamos no início de cada semestre para pais de menores. Contudo, cada vez que telefonamos para as famílias por motivo de autorização da saída mais cedo do aluno menor, para informar de uma “matação de aula” ou por outra necessidade, somos sempre agradecidos pelo cuidado com seus filhos. Talvez a reunião com os pais deva ser pensada não no início do semestre, mas durante o mesmo, quando já tivermos algum contato com as famílias, fora a matrícula. Também pretendemos ampliar a participação dos pais e responsáveis na escola para participem de palestras com temáticas de interesse dos mesmos.

Sem dúvida, temos muito a fazer, porém, sabemos que o importante é estarmos atentos e inquietos frente ao nosso dia a dia, buscando ouvir e estar em parceria com nossos educadores para, juntos, trilharmos caminhos que possam produzir uma educação justa e fraterna, com cidadãos conscientes de que são autores de suas histórias. ✕

Este artigo faz parte da obra *EJA – Um espaço-tempo para viver diferentes currículos*, organizado por Míriam Pereira Lemos e Patrícia Cardinale Dalarosa. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre/RS

Jucelia Oliveira Rodrigues é coordenadora da EJA na E.M.E.F. Chico Mendes; graduada em Pedagogia/Habilitação.

Melissa Cardoso da Silva é vice-diretora da E.M.E.F. Chico Mendes; Licenciada em Educação Artística/FEEVALE; Especializada em Artes Visuais/FEEVALE.



A CAPACITAÇÃO DE FACILITADORES E DOCENTES EM PROGRAMAS E PROJETOS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA NA IBERO-AMÉRICA: ENTRE PROPOSTAS E DESAFIOS

O Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos — PIA (2007-2015) — revela o esforço realizado pelos países ibero-americanos para combater o analfabetismo e a baixa escolaridade de jovens e adultos, resultados da desigualdade socioeconômica e política que marca a história desses países.

Por MARIA MARGARIDA MACHADO

» A tarefa de mobilizar os governos e a sociedade civil na busca por uma garantia da educação como um direito para os mais de 34 milhões de adultos analfabetos e os 110 milhões de jovens e adultos que ainda não concluíram o ciclo inicial do Ensino Fundamental tem como atores principais os *facilitadores* e *docentes*, que atuam nos diversos programas e projetos, buscando consolidar as metas desse plano. Como alerta Rosa Maria Torres, especialista em educação e ex-ministra da educação do Equador, no documento-base da Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012), uma das chaves para a qualidade no processo de alfabetização é o trabalho desempenhado dos facilitadores e docentes. Mas é justamente aí que nos deparamos com um problema, pois segundo Rosa Maria, “tanto a alfabetização infantil quanto a de adultos tradicionalmente funcionaram com a ideia de que alfabetizar é uma tarefa fácil, que exige mais paciência e boa vontade do que conhecimento e competência profissional”, o que resulta em uma “baixa qualidade das aprendizagens vinculadas à alfabetização resultantes tanto do sistema escolar quanto dos programas não formais”.

A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES E DOCENTES DE ALFABETIZAÇÃO E EJA

A ação dos facilitadores e docentes está rodeada de condições objetivas de execução nos programas e projetos, como a infraestrutura para a ação educacional, uma gestão adequada para atender a esse público tão diversificado, materiais apropriados para a ação pedagógica e remuneração digna pelo trabalho. Estes são elementos fundamentais para a ação dos agentes pedagógicos, mas têm sua importância diminuída se não pensamos na *formação* destes agentes. Quem são estes sujeitos? Quais são suas trajetórias profissionais e de formação? Como se incluem no contexto macro da política e da gestão dos programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos?

Um primeiro traço comum que se pode ressaltar é o envolvimento militante de seus atores, isto é, a ação dos envolvidos está marcada pela convicção de que, nesta atividade, contribuem para o processo de mudança na vida das pessoas e da sociedade. Essa perspectiva de ajuda humanitária expressada por estes atores sociais se reflete também nos planos que compõem o PIA. Contudo, os sujeitos da EJA, como facilitadores e docentes, não são envolvidos somente a partir de uma ação

comunitária e de uma atuação originária da educação popular. Na última década, existiu também um esforço dos governos para aproximar as ações de alfabetização de jovens e adultos das redes públicas de ensino para garantir a continuidade da educação básica. Ocorre, assim, uma diversificação do sujeito que vai atuar com os jovens e adultos, e os docentes das escolas públicas passam a fazer parte dessa ação.

Embora cada vez mais profissionais do ensino façam parte de programas de alfabetização em EJA, tanto estes profissionais como o docente ou facilitador procedente dos movimentos sociais enfrentam problemas na atuação nas classes com jovens e adultos. Estas dificuldades são próprias do precário processo de formação desses facilitadores e docentes, ou provêm também do contexto mais amplo no qual se inserem os programas e políticas de alfabetização e educação básica.

Quando se consideram os aspectos econômicos, sociais e culturais, existe uma grande semelhança entre os sujeitos alunos ou educandos dos projetos e programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos e seus facilitadores e docentes, também pertencentes, em sua maioria, às camadas populares, tendo enfrentado muitas dificuldades em sua trajetória de formação e de trabalho. Esse fator, sem dúvida, aproxima-os quando o foco está em pensar as dificuldades impostas pela realidade e a necessidade de superá-las. Entretanto, as precárias condições de vida implicam uma preparação insuficiente para o exercício da docência. Assim, o desafio de uma formação inicial e continuada dos facilitadores e docentes impõe-se como uma das condições para o êxito das ações previstas nos programas e projetos que compõem o PIA.

A importância da formação destes atores é destacada, por exemplo, no documento-base da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, no qual Rosa Maria Torres alerta para esta questão: “se os próprios educadores não apreciam nem fazem uso significativo da leitura e da escrita, há poucas possibilidades de que ensinem a seus estudantes algo que não têm, nem praticam. O acesso regular a materiais de leitura, jornais e outros meios, assim como ao computador e a outras tecnologias modernas, passaram a fazer parte das necessidades básicas da profissão docente”. Também o documento-base do PIA, de 2006, deixa claro que uma de suas preocupações é a “formação e capacitação adequada dos alfabetizadores e dos educadores de jovens e adultos, tanto assalariados quanto voluntários”. »



» Há diversas instâncias nas quais esta formação vem acontecendo. Uma delas é a universidade que, embora ainda timidamente, desenvolve pesquisas e estudos sobre alfabetização de jovens e adultos. Também os órgãos de governo, sindicatos, ONGs e demais movimentos sociais, isolados ou associados, vêm oferecendo formação contínua de facilitadores e docentes. Seja qual for a instância formadora, os atores precisam ser formados como sujeitos aptos para a pesquisa, com espírito aberto, comprometidos com o grupo social sob sua responsabilidade, com vistas à construção da prática de um modo crítico, autônomo e reflexivo. Essa perspectiva de formação está descrita nos planos nacionais que compõem o PIA e adotam o referencial teórico proposto por Paulo Freire, calcados nas noções de *autonomia*, *construção da capacidade reflexiva* e *descentralização do poder no processo educativo*.

Da mesma forma que para os jovens e adultos não escolarizados, também para os facilitadores e docentes a formação inicial e a formação continuada não se esgotam em si mesmas, pelo contrário: articulam-se com uma perspectiva de formação que se dá ao longo da vida, sendo ela formal ou não, seja no trabalho ou em outros espaços da vida cotidiana. Isso é o que se pode apreciar quando se analisam os diferentes planos nacionais que compõem o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (PIA).

A FORMAÇÃO DE FACILITADORES E DOCENTES DE ALFABETIZAÇÃO EM EJA NOS PLANOS NACIONAIS

O PIA foi construído a partir do conjunto de planos nacionais de alfabetização e educação básica de jovens e adultos apresentados pelos países da região em 2006, para a elaboração do documento-base. Esses relatórios seguiram uma estrutura única e, a partir deles, foi possível extrair os dados relativos à questão dos facilitadores e docentes. No programa básico aparece a preocupação com as características dos docentes, a partir das quais muitos países passaram a informar também como se desenvolve o processo de formação. Também as realizações, as dificuldades enfrentadas e as necessidades para execução dos planos foram abordadas, o que contribuiu para uma melhor compreensão do perfil dos facilitadores e docentes.

Contudo, infelizmente não há uniformidade com relação aos dados referentes aos agentes pedagógicos que atuam nos planos. É patente a necessidade de traçar um perfil socioeconômico e cultural destes sujeitos, bem como a apresentação de informações

“TANTO A ALFABETIZAÇÃO INFANTIL QUANTO A DE ADULTOS TRADICIONALMENTE FUNCIONARAM COM A IDEIA DE QUE ALFABETIZAR É UMA TAREFA FÁCIL, QUE EXIGE MAIS PACIÊNCIA E BOA VONTADE DO QUE CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL.”

sobre suas condições de vida e trabalho, tendo em vista fornecer um material para reflexões que avancem na perspectiva de constituição de um *status* profissional próprio para quem atua em alfabetização e educação básica de jovens e adultos.

A partir da análise dos planos, que possibilita inferir o perfil dos facilitadores e docentes, destaca-se de maneira muito evidente a condição de voluntariado. Relatórios da Argentina, do Brasil, do Chile, da Espanha, da Guatemala, da Nicarágua e da República Dominicana, por exemplo, deixam claro a presença maciça de voluntários. Portanto, o fato de não contar com profissionais efetivos nos sistemas públicos de ensino, principalmente para as ações de alfabetização, ainda é uma questão sobre a qual se deve refletir no campo das ações de governo voltadas para a alfabetização e a educação básica de jovens e adultos.

Entretanto, a referência a facilitadores e docentes voluntários nos planos analisados diferencia-se das décadas anteriores, pois em grande parte dos planos explicita-se o pagamento de bolsas ou outras formas de recompensa para os trabalhos executados. Nesse sentido, o “ser voluntário” já não significa não receber por seu trabalho, mas continua representando a ausência de vínculo profissional com o Estado. Isso se expressa nos montantes pagos aos alfabetizadores, que podem variar entre 60% e mais de 95% do total dos custos dos programas, como evidenciam dados apresentados pelo Brasil e pelo Peru.

Além do voluntariado remunerado, outro aspecto que chama a atenção com relação aos facilitadores e docentes é seu grau de escolaridade. As diferentes referências dos relatórios dos países mostram uma tendência a exigir maior formação desses sujeitos, embora ainda se trabalhe com facilitadores com formação primária (ciclo inicial do Ensino Fundamental), justificada, em parte, pelo fato de serem eles líderes nas localidades em que atuam, o que é um fator importante para o êxito do processo de alfabetização. Esse aspecto de pertencimento à localidade, de atração social comprometida, é um elemento destacado nos planos, além de ser uma referência para o docente ou facilitador que já tem uma formação escolar de nível médio (ciclo final do Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou superior. É o que se encontra, por exemplo, nos relatórios da Argentina, do Brasil, da Guatemala, da Nicarágua e da Venezuela.

É notável que poucos planos apresentam detalhadamente o perfil de docentes por nível de formação, local de atuação, gênero e faixa de idade como o do Paraguai. Se esses dados fossem incluídos no conjunto dos planos, poderiam servir de referência

para a apresentação de fato desses sujeitos que atuam na parte operacional mais importante dos programas e projetos de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, que é o processo de produção de conhecimento.

Quanto aos outros elementos agregados ao processo de formação, além dos conteúdos dos cursos previstos de formação inicial e continuada, há planos que põem à disposição dos facilitadores e docentes materiais de estudo e trabalho, como textos complementares, guias e manuais das respectivas metodologias, cadernos e recursos audiovisuais correspondentes à proposta de alfabetização do programa ou projeto. É notável, neste caso, que apenas os Planos Nacionais da República Dominicana e do México apresentem de forma detalhada o conteúdo das formações propriamente ditas.

Essa exposição é o que se pode inferir sobre a formação de facilitadores e docentes de alfabetização e educação básica de jovens e adultos a partir de um análise que se limitou aos planos nacionais. Cabe pensar, contudo, no que de fato está ocorrendo no processo de execução desses planos, no que tangue à formação dos sujeitos envolvidos.

O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES

A realidade da existência, no Brasil, de 14,4 milhões de analfabetos compreendendo indivíduos a partir de 15 anos de idade e de mais de 60 milhões de jovens e adultos que não concluíram o ensino básico, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), revela a dimensão do desafio desse país com relação a uma política de alfabetização e educação básica de jovens e adultos. Dentro desse desafio encontra-se também a questão da formação dos alfabetizadores e professores que atuam nas classes de alfabetização e educação básica de jovens e adultos.

A atual política do governo federal implementa a ação de alfabetização com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e com investimentos na educação básica de jovens e adultos, incentivando os estados e municípios na matrícula nos ensinos Fundamental e Médio daqueles que passam pelo programa de alfabetização, ou que ainda se encontram fora do alcance de qualquer atendimento escolar. No Plano Nacional do Brasil, apresentado ao PIA, há uma descrição pormenorizada do contexto do país nas diversas ações que o governo vem desenvolvendo desde 2003. Dessa experiência, várias questões ainda restam como desafios a enfrentar. »





» Segundo dados obtidos em julho de 2008 no Mapa do Brasil Alfabetizado (www.mec.gov.br/se-cad), o Brasil conta com 1.306.124 alfabetizandos e 89.341 alfabetizadores dentro do PBA. Desses alfabetizadores, 86% são mulheres e 14% são homens e, segundo dados do cadastro, 36% deles já ocupam a função de professores, 24% são identificados como alfabetizadores populares, 21% informam que estão desempregados, 4% se apresentam como estudantes e 14% estão trabalhando em outras atividades. Essa informação aponta mais uma vez para a questão da presença de profissionais que não são da área da educação, mas que estão envolvidos na ação alfabetizadora, o que reforça ainda mais a necessidade de investimento em formação para que esses sujeitos possam de fato contribuir para a alfabetização dos jovens e adultos.

Com relação ao Programa Brasil Alfabetizado, o governo, desde 2003, destina recursos específicos para a formação dos alfabetizadores. O programa funciona de forma descentralizada, o Ministério da

Educação redistribui recursos às partes associadas para a realização das duas ações principais: formação de alfabetizadores e alfabetização de jovens e adultos. As orientações para a realização da formação dos alfabetizadores sofreram mudanças desde que o programa começou.

Os parâmetros definidos na resolução CD/FNDE de 24 de abril de 2004 e em seus respectivos anexos acabaram por moldar a formação dos alfabetizadores de jovens e adultos no país, independentemente do parceiro que a realizasse. Com poucas variações até 2008, os projetos enviados ao governo federal acataram as indicações de carga horária previstas e seguiram as orientações pedagógicas. Contudo, o acompanhamento da execução das ações do PBA para as instituições que estão nas localidades indica que a realidade da formação dos alfabetizadores não foi exatamente a prevista nos planos apresentados ao MEC. É o próprio Ministério da Educação que reconhece a dificuldade de monitoramento dada a extensão territorial e a diversidade que o país apresenta.

Todas essas questões levaram o governo federal a buscar meios para intervir de forma mais eficaz na formação dos alfabetizadores. Em função disso, lançou em 2008 um decreto-lei para incentivar as instituições públicas de Ensino Superior a investir na formação dos alfabetizadores, por meio de cursos de extensão universitária. Entre as questões enfatizadas na resolução de 2008, duas se destacam: volta-se à necessidade de incentivo para que a ação alfabetizadora seja assumida por professores das redes públicas de ensino e começa-se a falar de uma rede de formação de alfabetizadores de jovens e adultos. No Brasil, esse estímulo para que o alfabetizador do PBA exerça a função de professor do sistema público tem impacto que se manifesta de maneiras distintas, uma vez que a realidade nacional em termos de remuneração dos professores é muito variada. Outro fator que demonstra preocupação sobre essa participação dos professores do sistema público no PBA é a constatação de que essa atuação pode eventualmente servir de pretexto aos gestores locais para reduzir a matrícula dos alunos nos primeiros anos da educação básica, uma vez que o custo do professor de educação básica contratado é muito maior que o do pagamento de uma bolsa de estudos, pois esta é paga com recursos exclusivos do governo federal.

O aspecto positivo que se espera alcançar com essa medida de abordagem a professores das classes de alfabetização é o reconhecimento por parte desses profissionais da importância do atendimento ao público jovem e adulto. Para tanto, seria necessário que isso se materializasse na constituição de grupos nos anos iniciais da educação básica por parte dos gestores de sistemas municipais e estaduais, considerando que a aprovação da Emenda Constitucional no 53/2007 (Artigo 60 – ADCT), que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), e da Lei Federal no 11.494/2007, que o regulamenta, garanta que as matrículas em educação de jovens e adultos serão contabilizadas com a finalidade de redistribuir os recursos desse fundo. Portanto, não se trata apenas da sensibilização dos professores, mas também da opção política dos gestores dos sistemas.

A priori, é fundamental destacar que, qualquer que seja, uma ação implementada pelas instituições de Ensino Superior que busquem uma atuação consequente no campo da Educação de Jovens e Adultos, embora partindo da alfabetização, não pode ser dissociada das ações de extensão do ensino e da pesquisa. É importante que a rede de formação de

alfabetizadores seja mais um incentivo para a discussão sobre a ausência de currículos de formação de professores no que diz respeito ao campo da EJA. Da mesma forma, é fundamental que a própria rede demande pesquisas que auxiliem na compreensão, não apenas do processo alfabetizador, mas também da produção de conhecimento entre jovens e adultos ao longo da vida.

Considerando as condições socioeconômicas e políticas da região, ainda é necessário reconhecer a baixa escolaridade entre os próprios profissionais, facilitadores e docentes dos projetos e programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, o que se anuncia como um desafio à criação de um sistema de formação nos ensinos Médio e Superior voltado para esses profissionais. Quem sabe se a rede que o Brasil começa a constituir poderá avançar nesse sentido, estabelecendo vínculos mais formais de preparação para a atuação dos facilitadores e docentes em uma perspectiva de educação ao longo da vida, e servindo de estímulo para romper o círculo vicioso de formação precária, atuação sem qualidade e abandono das aulas, como ressaltam diversos planos em seus desafios e dificuldades?

A realidade da região parece indicar, portanto, a necessidade de uma ação mais coordenada e de uma proposta de formação de facilitadores e docentes, por exemplo, com uma certificação de nível médio e superior, superando as experiências aceleradas de formação inicial ou as ainda fragmentadas de formação contínua que marcaram muitas das experiências de alfabetização nas últimas décadas. Isso envolve também a superação de muitas das ações espontâneas que circundam projetos e programas voltados para a alfabetização e a educação básica de jovens e adultos, porém ligadas a políticas de governos que não se constituem efetivamente em políticas públicas de Estado. x

Maria Margarida Machado é graduada em História, especialista em políticas públicas, mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1997) e doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Foi vice-diretora e coordenadora de graduação da Faculdade de Educação da UFG, no período de 2002 a 2004. No período de 2004 a 2006, foi coordenadora pedagógica do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da SECAD/MEC. Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Goiás, vice-diretora da Faculdade de Educação. Atua em pesquisas nos seguintes temas: educação de jovens e adultos, experiência municipal de EJA, formação de professores, políticas educacionais e política de educação em Goiás. Coordena o Projeto Centro Memória Viva - Documentação e referência em EJA, educação popular e movimentos sociais do Centro-Oeste e coordena a rede de pesquisa do Observatório da Educação da Capes, que envolve UFG, UNB e UFES.

UM PRESENTE PARA VOCÊ, QUE É A NOSSA VOZ NAS ESCOLAS!

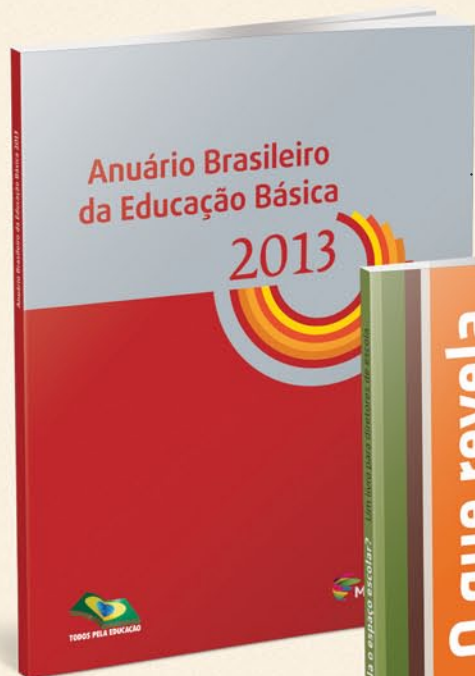


Neste lançamento, desenvolvido em parceria com o Instituto Paulo Freire, **Moacir Gadotti** afirma que as crianças e jovens só terão realmente um futuro melhor se puderem contar com um efetivo apoio de suas famílias. E esse apoio envolve a educação de seus pais e familiares.

Dessa forma, Gadotti reitera a importância de um pacto pela eliminação do analfabetismo de jovens, adultos e idosos.

Leia agora na íntegra!

Conheça também:



**Anuário Brasileiro
da Educação Básica**



O que revela o espaço escolar?
Um livro para diretores de escola

Acesse e leia gratuitamente
www.modernadigital.com.br/vozes-de-valor

Solicite sua senha de acesso pelo:
0800 770 7653

Fundação **Santillana**

≡ III Moderna

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONQUISTAS RECENTES E DESAFIOS

Mais do que um legado ou uma herança, a educação é um direito de todo brasileiro em qualquer fase da vida. Este pode ser um discurso óbvio, ao contrário de sua aceitação, que pouco a pouco vem sendo conquistada.

Por **ANDRÉ LÁZARO**

O direito à educação de nossos jovens e adultos está inscrito na Constituição Federal brasileira de modo claro e incisivo: ao estender a obrigatoriedade de escolarização para a faixa etária de 4 a 17 anos, o artigo 208 da Constituição afirma que a educação básica é um direito em qualquer momento da vida, ou como equivocadamente acrescenta: “para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Confira: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)” Brasil, Constituição Federal. »

» O equívoco da expressão está em supor uma “idade própria” para cursar a educação básica e, por extensão, uma idade adequada para aprender. O conceito que orienta a Educação de Jovens e Adultos e que iluminou os debates da Confitea VI (Conferência Internacional de Educação de Adultos) é o de “educação ao longo da vida”. A educação ao longo da vida exige que todos os esforços educacionais, escolarizados ou não, devem incluir entre seus objetivos a possibilidade de o educando transitar entre níveis de ensino e de reinserir-se em processos formais, ao mesmo tempo em que também participa e aprende em processos informais. O reconhecimento de que a escola é um espaço de aprendizagem entre outros, em especial na Educação de Jovens e Adultos, deve ter como consequência o fortalecimento das lições que Paulo Freire já havia experimentado desde os anos 1960. Ali se recomendava que a alfabetização de adultos partisse do universo e das experiências de conhecimento do coletivo de alfabetizando para construir com eles uma leitura do mundo, revisão crítica da própria experiência e releitura das tensões que conformavam o mundo daqueles sujeitos. Não podemos perder de vista que a perspectiva da pedagogia de inspiração freiriana é coletiva e não individualizada em sujeitos isolados. Porque, nesta visão, a educação investiga e transforma a vida coletiva, o mundo comum. A educação, ao assumir-se para além da escola, situa-se no centro da vida cidadã, como uma prática que busca o conhecimento, a compreensão e a ação sobre o mundo. Conhecer é transformar, a si mesmo e ao mundo em que vivemos.

O centro da vida cidadã é a política, entendida como participação, construção coletiva do bem comum, que importa a todos. A política supõe também um conjunto comum de valores que orientam a ação e o comportamento das pessoas e dos grupos. O direito à educação foi conquistado por intensas lutas de movimentos sociais através da ação política a partir da compreensão de que uma sociedade educada beneficia a todos os cidadãos e que processos históricos de exclusão da sociedade brasileira privaram milhões de indivíduos do direito à educação “na idade própria”. A educação tornou-se um direito de todos porque beneficia a todos, e não apenas aqueles que alcançam esse privilégio. É importante lembrar que muitos de nós ouvimos de nossos

pais e com certeza a maioria de nós falou para seus filhos uma frase que define com clareza o lugar da educação no imaginário brasileiro: “tudo o que posso deixar como herança é a educação”. A transição pela qual passa nosso país é tornar a educação um direito, não uma herança.

Ainda hoje é imenso o contingente de brasileiras e de brasileiras que não alcançaram a promessa constitucional de completar a educação básica de 12 anos de escolaridade (até o Ensino Médio completo). Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar com base no ano de 2012, a escolaridade da população brasileira de 25 anos ou mais está distribuída na seguinte proporção:

Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução – Brasil - 2012

Sem instrução	11,9%
Ensino Fundamental incompleto	33,5%
Ensino Fundamental completo	9,8%
Ensino Médio incompleto	4%
Ensino Médio completo	25,2%
Ensino Superior incompleto	3,5%
Ensino Superior completo	12%

Fonte: PNAD: síntese de indicadores 2012, página 54.

Os dados informam que mais de 59% da população com mais de 25 anos de idade não concluiu a educação básica, e este fato decorre de um processo de longa duração. Ao examinar, por exemplo, a taxa de analfabetismo do Brasil constatamos que ela cresce de acordo com as faixas etárias, sendo de 1,2% para a faixa de 15 a 19 anos e de 24,4% para o grupo de 60 anos ou mais. O histórico processo de exclusão de parte da população atingiu mais fortemente os grupos mais pobres, os residentes no campo, o grupo dos negros, composto por pretos e pardos.

POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os anos recentes, de 2003 para cá, foram anos de fortalecimento da agenda da Educação de Jovens e Adultos pela adoção de políticas públicas que almejavam atender a demandas históricas dos movimentos sociais. A redução de matrículas de EJA a partir do ano de 2007, identificada nos censos da educação básica apurados pelo INEP, indica que é preciso aprofundar a análise da oferta dessa modalidade para determinar com precisão quais os fatores que podem ter contribuído para a redução da atratividade e frequência dos jovens e adultos às turmas.

Um histórico das conquistas recentes deve contextualizar as condições em que ocorreram e que impasses pretenderam superar. Não cabe aqui um histórico da EJA, já tratado por estudos acadêmicos preciosos, como *A Educação de Jovens*

“A TRANSIÇÃO PELA QUAL PASSA NOSSO PAÍS É TORNAR A EDUCAÇÃO UM DIREITO, NÃO UMA HERANÇA.”



e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas, de Maria Clara de Pierro. Cabe registrar alguns itens dessa agenda e sugerir alguns temas que podem contribuir para a melhor compreensão e resposta a esse fenômeno.

Em primeiro lugar, ao se considerar o direito à educação, houve importante avanço com a inclusão da Emenda Constitucional 59, que ampliou a escolaridade obrigatória e definiu a oferta da educação básica gratuita como um direito de todos, a qualquer momento da vida. Em ambientes democráticos essa conquista pode parecer trivial, mas não podemos esquecer a dura perseguição sofrida por professores, militantes e educadores quando exerciam a educação popular, e a figura exemplar desse trabalho é Paulo Freire. Seu exílio durante longos anos é um testemunho do quanto custou ao país a repressão ao direito à educação. A luta pelo reconhecimento do direito foi vitoriosa e a partir da Constituição de 1988 esse direito vem se fortalecendo.

A realização desse direito depende de diversas condições: a existência de turmas em locais e horários adequados ao público, materiais didáticos apropriados, professores formados, pesquisas para orientar o trabalho pedagógico, financiamento suficiente e avaliação que contribua com a permanente melhoria dos processos. No tocante ao financiamento, até a criação do Fundeb em 2006, com início em

2007, a Educação de Jovens e Adultos era atendida por programas federais, estaduais e municipais, mas permanecia fora da política de Estado para o financiamento da educação, o Fundef. A reforma constitucional que criou o Fundeb incluiu o financiamento da EJA no conjunto das políticas para a educação básica, agregando progressivamente recursos para o material didático e literário, a merenda e o transporte escolar de estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Uma antiga reivindicação começou a ser atendida, ainda que parcialmente: considerar EJA, como estabelece a legislação, uma modalidade da educação básica, com todos os requisitos que já atendem à educação básica dita regular, como as políticas de apoio aos estudantes. »

“A política de materiais didáticos e pedagógicos para EJA tinha 4 eixos: livros didáticos (Programas do Livro Didático para Alfabetização e para EJA, Coleção Cadernos de EJA e Programa Nacional Biblioteca do Professor); acervos literários (Programa Nacional Biblioteca Escolar e Coleção Literatura para Todos); tecnologias educacionais (Guia de Tecnologias Educacionais) e produções culturais e científicas de educadores e educandos (materiais locais, dos parceiros e mídias e Portal do Professor)”.

» A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos sofre as consequências de um ciclo vicioso cujos resultados acabam por reduzir as oportunidades de oferta de turmas. As instituições formadoras de professores em sua grande maioria não oferecem cursos voltados para essa modalidade, no máximo disciplinas chamadas eletivas, que são cursadas de acordo com a escolha dos futuros professores. Como as redes de ensino também costumam ignorar a singularidade desse perfil profissional, não abrem concursos específicos nem estimulam a formação especializada, deixando que a presença de profissionais do magistério em turmas de EJA seja um prêmio ou punição, dependendo do ponto de vista, mas não uma carreira que estimule, reconheça e valorize os profissionais a ela dedicados. Tem-se a impressão de que o direito conquistado a duras penas pelos movimentos sociais não tem a contrapartida de organização pelos sistemas de ensino e instituições formadoras que veem a modalidade de EJA como um “problema momentâneo” que será solucionado, ou pelo tempo, ou pela desistência dos sujeitos de direito a exercer sua conquista.

Há, nesse particular, uma ignorância profunda quanto ao sentido da Educação de Jovens e Adultos, vista comumente como urgência e emergência, cujo enfrentamento exige apenas uma mobilização improvisada e momentânea e não um planejamento que leve em conta dados demográficos, necessidades profissionais ou demandas da cidadania. Assim, o país avança por um lado, ao ampliar direitos e conquistas, e perde-se em tergiversações por outro, ao não garantir as condições para que a sociedade como um todo experimente os ganhos educacionais que as gerações mais novas têm alcançado. Todos os indicadores de que dispomos (por exemplo, o estudo pela Orealc/Unesco: *Factores asociados ao logro cognitivo de los estudiantes de América Latina y el Caribe*, Santiago, Chile, 2010) confirmam que a escolaridade dos pais tem impacto direto no rendimento escolar das crianças, e no Brasil de hoje, boa parte dos estudantes de escolas públicas são filhos, sobrinhos e netos de famílias que não completaram o Ensino Fundamental ou a educação básica e, além disso, têm uma experiência escolar de fracasso e frustração. Investir na Educação de Jovens e Adultos não é voltar-se para o passado como se esse investimento tivesse um caráter compensatório e supletivo, como já se avaliou. Investir na Educação de Jovens e Adultos é um projeto de impacto no presente da sociedade e no futuro das novas gerações, vista a repercussão que a elevação da escolaridade traz para toda a sociedade, seja no aspecto da saúde de crianças, jovens e adultos, seja na participação cidadã ou mesmo na melhoria da aprendizagem das crianças.

Analisar os processos de escolarização da Educação de Jovens e Adultos talvez colabore para compreender parte dos mecanismos de atração e também de abandono escolar que o país tem constatado com a redução de matrículas nessa modalidade. O Brasil tem larga, ampla e bem-sucedida experiência de educação popular, prática que atravessa largos

períodos da república e que sobreviveu mesmo à ditadura militar. A educação popular tem entre suas características marcantes a informalidade e a atenção concentrada no enfrentamento de desafios cotidianos, que dão a ela dimensões simultaneamente políticas e pragmáticas. Por sua dimensão política, a educação popular sempre evitou isolar o processo educativo de outros processos de participação social, cultural e cidadã. Nos movimentos sociais, a luta por educação é também luta pela terra, no caso dos trabalhadores do campo, luta pelo teto, no caso de movimentos urbanos dos sem-teto, luta pela saúde e pelo direito à cultura. Por sua dimensão pragmática, a educação popular soube evitar a atração de estruturas curriculares e de gestão que enrijecem a participação das pessoas e criam limitações para compatibilizar vida e estudo. O processo de institucionalização da Educação de Jovens e Adultos pelas redes de ensino parece ter contribuído para que os aprendizados da educação popular não entrassem nas escolas ditas regulares de EJA. Nelas



ainda prevalece em larga medida a visão escolarizada que, não raro, infantiliza o adulto, desconhece suas trajetórias de conhecimento e formação e reduz a educação ao processo de atendimento de conteúdos curriculares que ignoram aquilo que os alunos trazem como saber e experiência.

A redução de matrículas não pode nem deve ser atribuída exclusivamente ao desinteresse dos estudantes ou aos processos didático-pedagógicos que ocorrem nas turmas de EJA. Esses são fenômenos secundários, que resultam de decisões anteriores, nem sempre consideradas. Ao se incluir o financiamento da Educação de Jovens e Adultos na política de Estado de financiamento da educação, a percepção que se tinha era de garantir a estabilidade dos recursos, embora o fator inicial de ponderação das matrículas tenha sido 0,7 e, posteriormente, 0,8 do valor atribuído às séries iniciais do Ensino Fundamental dito regular. Havia e ainda há um subfinanciamento, cuja justificativa era exatamente o elevado índice de abandono dos cursos. No entanto, enquanto nos anos anteriores ao Fundeb o valor do financiamento era inferior, os recursos eram integrais e obrigatoriamente destinados à EJA, pois os programas atrelavam a prestação de contas à destinação exclusiva a essa modalidade. Com a nova política via Fundeb, o recolhimento do recurso dependia do número de matrículas em EJA, mas a aplicação do recurso é de livre decisão do gestor. Em outras palavras, um sistema de ensino que recolhe recursos por mil matrículas em EJA não está obrigado a investir proporcionalmente o mesmo valor. Neste particular, como é frágil a compreensão do direito à Educação de Jovens e Adultos, como ainda prevalece a mentalidade de que há “idade própria” para aprender, grande parte dos gestores investe os recursos disponíveis no Fundeb nas modalidades ditas “regulares”, ignorando a EJA. O fechamento de turmas, redução de oferta, falta de pessoal preparado, ausência de projeto pedagógico próprio, precariedade de materiais didáticos de qualidade contribuem para a desmotivação dos estudantes, aliado a aspectos didáticos já comentados. Entre 2007 e 2011, houve redução de quase 20 mil turmas de EJA (eram 166 mil e passaram a 147 mil) com a perda de 1 milhão de matrículas (eram 4,97 milhões e tornaram-se 3,98 milhões). Só no Estado de São Paulo, a redução do número de matrículas no mesmo período foi superior a 45%, passando de 832 mil em 2007 para 511 mil em 2011. Torna-se um desafio compreender a redução nessas proporções no contexto de ampliação do financiamento, programas de apoio aos estudantes, materiais didáticos e demandas da cidadania.

Atualmente, a oferta de turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelo programa federal Brasil Alfabetizado, tem sido superior, em todos os estados da federação, à oferta de turmas para o primeiro segmento do Ensino Fundamental de EJA. Mesmo que todos os estudantes do Brasil Alfabetizado pretendessem prosseguir seus estudos, não haveria vagas disponíveis. Os problemas apontados – evasão, falta de pessoal adequadamente preparado, recursos inferiores à modalidade dita regular, precariedade de infraestrutura –

são alegados para o cerceamento do direito e não para que sejam adotadas iniciativas que visem a superação dessas limitações. Torna-se perverso que o argumento da evasão seja a justificativa para o fechamento das turmas, mas não para a adoção de medidas que ofereçam maior qualidade nos cursos e evitem a evasão.

ANALFABETISMO FUNCIONAL

Ao lado desses indicadores que causam preocupação e perplexidade, há outras informações que parecem indicar que os jovens e adultos buscam caminhos próprios para vencer os desafios e alcançar melhores resultados de aprendizagem, a despeito das limitações identificadas. Um dos mais consistentes indicadores desses resultados é o trabalho desenvolvido em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa (IPM/IBOPE, AÇÃO EDUCATIVA. INAF BRASIL – 2011 – Principais resultados. São Paulo: IPM/IBOPE, Ação Educativa, 2013).

A criação do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional – permite acompanhar com precisão a taxa e o nível de alfabetismo da sociedade brasileira na faixa etária de 15 a 64 anos. Trata-se de um teste aplicado a pessoas dessa faixa etária envolvendo o letramento e o numeramento. O teste tem sido aplicado anualmente, a partir de 2001/2002, e o quadro abaixo resume algumas de suas importantes descobertas:

Evolução do indicador de alfabetismo da população de 15 a 64 anos (2001-2002 a 2011)

Nível	2001/ 2002	2004/ 2005	2011
A - Analfabeto	12%	11%	6%
B - Rudimentar	27%	26%	21%
C - Básico	34%	38%	47%
D - Pleno	26%	26%	26%
Analfabetos funcionais (A+B)	39%	37%	27%
Alfabetizados funcionalmente (C+D)	61%	63%	73%

Fonte: IPM/IBOPE, 2013, página 6.

Os níveis de alfabetização atendem aos seguintes critérios:

“Analfabetismo”: corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).

Nível rudimentar: corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.

Nível básico: as pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.

Nível pleno: classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.” In: IPM/IBOPE, 2013, página 4. »



» Os dados do Inaf (Indicador de Analfabetismo Funcional) apontam ampliação significativa no total de pessoas capazes de realizar as operações básicas de letras e números e a expressiva redução da população analfabeta na faixa etária de 15 a 64 anos. São números ainda muito elevados para as expectativas nacionais e para o empenho com que se dedicaram organizações da sociedade civil, partidos políticos, acadêmicos e gestores públicos para garantir o direito à educação de nossos jovens e adultos. Novas iniciativas estão em curso, como os programas desenvolvidos pelos institutos federais de educação profissional e tecnológica, com a criação do Proeja e a rede Certic. A rede traz uma dimensão fundamental da Educação de Jovens e Adultos cuja velocidade de implantação ainda tem sido inferior à incorporação da EJA à educação básica: trata-se da política de reconhecimento dos percursos formativos.

A criação da rede Certic, parceria do Ministério da Educação com o Ministério do Trabalho e realizado pela Rede de Educação Profissional e Tecnológica, entre outras instituições, abre possibilidades de associar o reconhecimento de competências profissionais à elevação da escolaridade. Do mesmo modo, iniciativas como o Pronatec estão amplian-

do as possibilidades de acesso à educação por parte da população jovem e adulta para além dos percursos estritamente escolares, mantendo as características educativas que enxergam o estudante como um cidadão e não restringem suas demandas de formação a um adestramento técnico.

Proeja é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos que tem por objetivo oferecer oportunidade de estudos àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular. Este programa possibilita, em uma única matrícula, reunir os conhecimentos do Ensino Médio às competências da educação profissional. A idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos e não há limite máximo de idade. Pré-requisito: ter concluído o Ensino Fundamental. O curso tem duração de três anos e permite ao formando prosseguir os estudos em nível superior, assim como exercer atividades profissionais técnicas".
In; <http://portal.mec.gov.br>.

“O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) FOI CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL, EM 2011, COM O OBJETIVO DE AMPLIAR A OFERTA DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.”

DESAFIOS

O principal desafio da Educação de Jovens e Adultos neste início da segunda década do século XXI é, simultaneamente, reconhecer o direito e tirar todas as consequências desse reconhecimento: abrir turmas em locais e horários acessíveis – não necessariamente à noite, visto que parte do público está comprometido com o trabalho noturno, como pessoal que trabalha em bares, hotéis e restaurantes, vigias noturnos, entre outros – garantir instalações de qualidade, abrindo bibliotecas e laboratórios de ciências e de informática para que os alunos possam frequentar, investir na formação de pessoal docente e não docente, para atender os estudantes, oferecer os materiais de apoio necessários a uma boa formação. A gestão da Educação de Jovens e Adultos deve ser democrática, como a de toda a educação brasileira, mas a capacidade de participar e colaborar dos estudantes adultos é muito elevada, pois trazem largas experiências de vida e uma determinação de prosseguir estudando que deve se tornar fator de qualidade nas escolas. É preciso elevar os valores de financiamento para que nossos jovens e adultos possam desfrutar das condições necessárias para sua formação técnica e cidadã.

“A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede Certific constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas Certific. A Portaria Interministerial (MEC e TEM) nº 1.082 de 20 de novembro de 2009 cria a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede Certific.” In: <http://portal.mec.gov.br>

A política que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) é um passo decisivo para que nossos estudantes tenham acesso a material de qualidade, para que se sintam respeitados em seu direito de aprender e assim possam eles também contribuir para uma formação de qualidade, na qual quem ganha é toda a sociedade brasileira.

O novo Plano Nacional de Educação, cuja duração estava inicialmente prevista para o decênio 2011-2020, traz metas específicas para o atendimento da Educação de Jovens e Adultos. A aprovação do Plano e de suas metas pelo Congresso nacional, sua homologação pela presidência da República e sua implantação nos estados e municípios são passos iniciais que ganham sentido e direção quando a sociedade faz dessa oportunidade um novo momento de afirmação de direitos e responsabilidades para uma sociedade mais justa, inclusiva, promotora e admiradora da diversidade brasileira. x

REFERÊNCIAS

- Confintea VI. Marco de Ação de Belém. Ministério de Educação, UNESCO. Brasília. 2010.
- DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. In: *Educação & sociedade*. Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.
- HADDAD, S. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na Confintea VI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 355-369, ago. 2009.
- IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; Síntese de indicadores 2012. IBGE, Rio de Janeiro, 2013.
- _____. Estudos e pesquisas 32; Síntese das condições de vida da população brasileira 2013. IBGE. Rio de Janeiro, 2013.
- IPM/IBOPE, AÇÃO EDUCATIVA. *INAF BRASIL 2011 - Principais resultados*. São Paulo: IPM/IBOPE, Ação Educativa, 2013.
- LÁZARO, André & TELES, Jorge. Letramento e políticas públicas para EJA: oportunidades e desafios na primeira década do século XXI. São Paulo, Ação Educativa, no prelo.
- OREALC/UNESCO. “Factores asociados ao logro cognitivo de los estudiantes de América Latina y el caribe”, Santiago, Chile, 2010.

André Lázaro é formado em Letras, com mestrado e doutorado em Comunicação pela UFRJ. É professor da UERJ, pesquisador da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), consultor da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Trabalhou no Ministério da Educação, como diretor e secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Em meio a um sistema com dificuldade em assegurar a todos o direito à educação, atualmente a EJA atua como “pagadora de dívidas”, proporcionando este acesso a jovens e adultos que não tiveram esta oportunidade, mas consciente de que este papel precisa – e deve – ser revisto ao longo do tempo. Resta saber se o seu contexto acompanhará esta evolução.

Por JOSÉ FERNANDES DE LIMA



Destaco de início, a título de esclarecimento, que a discussão apresentada nesse artigo toma como base os pareceres CNE/CEB nº 11/2000, CNE/CEB nº 23/2008 e CNE/CEB nº 07/2010. Os dois primeiros tratam especificamente da Educação de Jovens e Adultos e o terceiro das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação básica.

O parecer CNE/CEB nº 11/2000 estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e o Parecer CNE/CEB nº 23/2008 institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos; idade mínima e certificação nos exa-

mes de EJA; e Educação de Jovens e Adultos a distância. O parecer 07/2010, fruto também de um grande debate nacional, por sua vez, ao definir as Diretrizes Gerais para a educação básica, apresenta uma ampla discussão sobre a oferta da educação básica na perspectiva da garantia do direito de todos à educação. Essa opção foi feita por considerar que as questões colocadas por esses pareceres continuam atuais, apesar da necessidade de atualização de alguns dados em decorrência de mudanças na legislação e da aplicação dos programas governamentais desenvolvidos nos últimos anos para a área. »

» A qualidade da educação é um conceito em evolução e como tal varia no tempo e no espaço, dependendo fortemente do local de onde se fala e de quem são os seus defensores momentâneos.

Nos termos da Constituição Federal em vigor, a educação é um direito de todos e a qualidade da educação está diretamente associada com a garantia da oferta e com a diminuição das desigualdades. No entanto, durante muitos anos, a qualidade da educação no Brasil esteve associada à destinação a uma elite e teve a exclusão como um ingrediente natural. A prática dessa educação excludente fez com que chegássemos ao século XXI com um passivo educacional que se traduz pelo grande número de analfabetos e pela baixa taxa de escolarização da população.

O fato de vivermos numa sociedade em que a linguagem escrita ocupa uma posição privilegiada, coloca em desvantagem aquelas pessoas que não adquiriram a habilidade de leitura e não dominam os códigos correspondentes. O não acesso ao letramento diminui a capacidade de atuação no mundo do trabalho e constitui-se num obstáculo para a conquista da cidadania. Desse modo, resulta urgente a reversão dessa realidade. É necessário contribuir para o término dessa discriminação.

É sabido que nem toda discriminação tem origem na escola, mas há dentro dos limites da atuação da educação escolar um espaço que, sendo democrático, pode sinalizar no caminho da construção de novos conhecimentos e de um projeto de sociedade menos desigual. A escola pode auxiliar na diminuição das discriminações abrindo espaço para outros comportamentos e praticando novas formas de liberdade.

As barreiras enfrentadas por aqueles que não tiveram acesso ao domínio da leitura e da escrita prejudicam significativamente a qualidade de vida de jovens e adultos porque, no mundo atual, quando novas exigências intelectuais, básicas e aplicadas vão se tornando exigências até mesmo para a vida cotidiana, o acesso ao saber e aos meios de obtê-lo acaba por produzir uma divisão cada vez mais significativa entre as pessoas.

“O FATO DE VIVERMOS NUMA SOCIEDADE EM QUE A LINGUAGEM ESCRITA OCUPA UMA POSIÇÃO PRIVILEGIADA, COLOCA EM DESVANTAGEM AQUELAS PESSOAS QUE NÃO DOMINAM OS CÓDIGOS CORRESPONDENTES. O NÃO ACESSO AO LETRAMENTO DIMINUI A CAPACIDADE DE ATUAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E CONSTITUI NUM OBSTÁCULO PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA.”

O acesso ao sistema educacional para aqueles que não tiveram oportunidade de fazê-lo na idade própria e o retorno dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, pode se constituir numa forma de reparação e de correção, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho e na vida social.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Permite o acesso daqueles que não tiveram oportunidades e o retorno daqueles que, por motivos variados, não conseguiram dar sequência aos seus estudos. Nesse sentido, a EJA não pode ser confundida com um processo de alfabetização. Deve propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Devemos considerar que a formação, o desenvolvimento e a constituição de conhecimentos podem ocorrer em qualquer idade. Para isso, é necessário criar oportunidades de interação entre os indivíduos para permitir que haja o crescimento individual e o reconhecimento do outro.

A Educação de Jovens e Adultos pode ser considerada uma oportunidade para que o país possa pagar a dívida social que tem para com o cidadão que não estudou na idade própria. Destina-se, portanto, aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A defasagem escolar dos adultos e jovens que não estudaram na idade própria apresenta-se de formas e graus variados que vão desde a incompleta escolarização nas etapas dos ensinos Fundamental e Médio, passa pelo analfabetismo funcional e chega até à total falta de alfabetização. O reparo dessa situação deve ser feito de forma sistemática e contínua, tendo em vista a garantia do direito à aprendizagem e de forma a evitar que o sistema educacional continue alimentando o contingente com defasagem escolar.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser avaliada na perspectiva da garantia do direito à educação, visto que essa garantia constitui-se num grande desafio da contemporaneidade.

A Constituição Federal tornou a educação um direito. Além de aparecer no artigo 6º como o primeiro direito social, o documento legal afirma no art. 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. A obrigatoriedade do Estado se estende desde os quatro anos até os 17 anos de idade.

A educação básica é realçada como um direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. “É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstruir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional” (Parecer CNE/CEB nº 07/2010).



Da aquisição desse direito resultam outras possibilidades legais que consagram as prerrogativas do cidadão brasileiro. O pleno direito à educação cria condições para participação social, para consciência dos direitos e deveres de cidadão.

Para que atinjam o objetivo de garantir o acesso à educação e a permanência com sucesso, faz-se necessário problematizar o desenho organizacional da instituição escolar para que ela possa responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. É fundamental trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural e econômica dos grupos historicamente excluídos.

A efetivação desse direito requer a identificação de responsabilidades.

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (artigos 8º, 9º, 10 e 11).

No tocante à educação básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao Distrito Federal, está assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios, cabe oferecer a

Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental. É responsabilidade dos sistemas educativos responderem pela criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponde à idade própria do percurso escolar, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Adicionalmente, na oferta de cada etapa, pode corresponder uma ou mais modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica do Campo, Educação Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação a distância.

O art. 208 determina que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I Educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II Progressiva universalização do Ensino Médio gratuito;
- III Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças com até cinco anos de idade;
- V Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; »

»VII Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O inciso I deste artigo deixa claro o compromisso com a oferta de educação para as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade própria, ou seja, com a Educação de Jovens e Adultos.

O artigo 214, por sua vez, coloca a preocupação com a erradicação do analfabetismo quando afirma:

Art. 214. A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I Erradicação do analfabetismo;
- II Universalização do atendimento escolar;
- III Melhoria da qualidade do ensino;
- IV Formação para o trabalho;
- V Promoção humanística, científica e tecnológica do país.
- VI Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

No inciso VII do artigo 4º, a Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – reforça o mandato constitucional que define a obrigatoriedade da oferta de Educação de Jovens e Adultos para todos que não tiveram acesso na idade própria.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I Educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, organizada da seguinte forma:
 - a) Pré-Escola;
 - b) Ensino Fundamental;
 - c) Ensino Médio;
- II Educação Infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade;
- III Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV Acesso público e gratuito aos ensinos Fundamental e Médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X Vaga na escola pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

Pelo estabelecido no inciso VII, verificamos que a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos deve ser feita de modo a garantir aos trabalhadores o acesso e a permanência na escola.

Em resumo, a lei sugere que a oferta se dê com modalidades e características adequadas, capazes de assegurar o atendimento à diversidade dos estudantes, notadamente dos estudantes trabalhadores.

Nos artigos 37 e 38, a LDB define que a Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se preferencialmente com a Educação Profissional (§ 3º do art. 37) e que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (art. 38). Define, ainda, que os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Quando a LDB afirma que os cursos e exames de EJA devem habilitar ao prosseguimento dos estudos, quer dizer que os seus estudantes devem se equiparar aos que sempre tiveram acesso à escolaridade e nela puderam permanecer; quando afirma que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso à escolaridade na idade própria, está querendo ressaltar que os jovens e adultos são os principais destinatários dessa modalidade. Muitos alunos de EJA já trabalham; logo, cabe aos sistemas promoverem as condições adequadas para recebê-los.

Mais uma vez, no artigo 38, encontramos que os sistemas de ensino devem manter cursos e exames supletivos,



que contemplem a base nacional comum do currículo, de tal modo que proporcione a possibilidade de prosseguimento de estudos em caráter regular.

Na oferta de EJA e com vistas à garantia do acesso aos alunos de todas as idades e com o intuito de evitar a duplicação de esforços para o mesmo fim, convém que os entes federados atuem em regime de colaboração.

Cabe observar que os artigos 37 e 38 da LDB definem a EJA como uma modalidade de ensino com identidade própria.

Ao passo que estabelece que a oferta dessa modalidade pelos poderes públicos é obrigatória, a legislação dá liberdade para que cada sistema organize seus cursos ou exames. Os cursos podem ser ofertados de forma presencial ou semi-presencial e a autorização para o funcionamento dos cursos de EJA é dada pelos sistemas.

Os sistemas devem garantir a oferta de exames supletivos e a aplicação desses exames só pode ser feita por instituições autorizadas.

Com relação aos projetos pedagógicos, não se pode perder de vista que os alunos de EJA possuem características diferenciadas, pois trazem uma maior bagagem de outros conhecimentos aprendidos em espaços não escolares, dentre eles o espaço do trabalho. Por isso, a validação do que eles aprenderam fora dos bancos escolares deve ser considerada. Isso implica na possibilidade de utilização de tempos e espaços diferenciados daqueles utilizados no ensino dito regular.

Um aspecto que deve ser considerado na organização da EJA é a formação das turmas com idades adequadas e com níveis de conhecimento e interesses que facilitem a interação e a troca de experiências.

Por todas essas especificidades, a EJA exige professores especiais, experientes, especialistas, com dedicação e com carga horária adequada. Professores capazes de avaliar o progresso contínuo dos alunos e de considerar os conteúdos e as habilidades aprendidas fora da sala de aula.

O número de pessoas analfabetas com mais de 15 anos de idade e as taxas de reprovação e abandono que ainda persistem nas escolas de educação básica, notadamente nas escolas públicas, indicam que continuaremos por um bom tempo necessitando de ações reparadoras para saldar as dívidas educacionais que, infelizmente, continuam sendo produzidas pelos sistemas educativos brasileiros.

A educação continuada, que poderia ter o simples objetivo de promover a ampliação do conhecimento e da troca de

ideias e a geração de novos conhecimentos, continuará a ser uma educação pagadora de dívidas de um sistema que insiste em manter um componente excludente e discriminatório.

Esperamos que a ampliação da obrigatoriedade da oferta de educação básica determinada pela Emenda Constitucional nº 59/2009 e as respostas dadas pelos entes federados através dos seus sistemas de ensino, seja ampliando a oferta de vagas, seja investindo na qualificação dos professores, na infraestrutura das escolas e nos programas de alimentação escolar, de livros didáticos e de transporte, resultem em maior permanência e sucesso dos estudantes com a consequente diminuição da repetência e da evasão escolar.

A realização dos programas referidos, associada com a melhoria das avaliações nacionais e com a ampliação da responsabilização dos gestores frente ao desempenho escolar dos estudantes de suas jurisdições, levará à construção de um sistema nacional de educação mais eficiente no tocante à garantia da oferta de educação de qualidade.

Todo esse movimento implicará numa mudança de direcionamento das funções da Educação de Jovens e Adultos, que poderá migrar da tarefa de reparação dos prejuízos causados para função qualificadora no que se refere à promoção do crescimento contínuo do ser humano. x

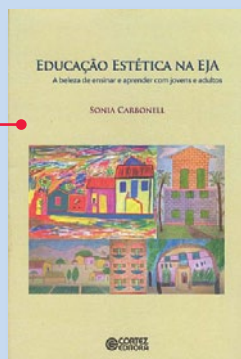
José Fernandes de Lima é Doutor em Física e Membro do Conselho Nacional de Educação.

■ LIVROS

EDUCAÇÃO ESTÉTICA NA EJA – A BELEZA DE ENSINAR E APRENDER COM JOVENS E ADULTOS

Sonia Carbonell
Cortez Editora

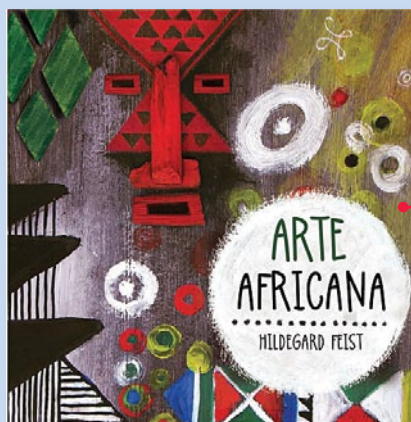
Neste livro, a estética habita a escola de jovens e adultos. Pensar a Educação de Jovens e Adultos sob os paradigmas da estética implica selecionar conteúdos e procedimentos didáticos que se orientam para a essência e para as práticas sociais dos conhecimentos produzidos. Esta nova edição está complementada com proposições teórico-metodológicas que auxiliam o professor a desenvolver práticas pedagógicas estéticas em seu cotidiano.



ARTE AFRICANA

Hildegard Feist
Editora Moderna

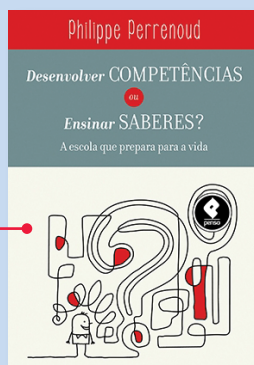
Neste livro, é apresentada a arte africana, expressão que os estudiosos ocidentais encontraram para englobar toda a produção artística tradicional das centenas de povos que vivem nas dezenas de países da África negra. Por não ser possível mostrar a arte de tantos povos, com culturas, línguas, dialetos e religiões diferentes em um só livro, foram selecionados alguns exemplos significativos de arte em materiais tão diversos como argila, metal e madeira.



DESENVOLVER COMPETÊNCIAS OU ENSINAR SABERES? - A ESCOLA QUE PREPARA PARA A VIDA

Philippe Perrenoud
Editora Penso

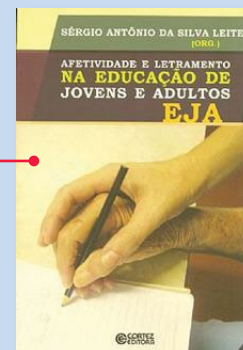
Esta obra propõe uma discussão sobre o papel da escola no desenvolvimento de competências. Para isso, formula perguntas essenciais como: os saberes que são ensinados na escola são os mais pertinentes para entender e atuar no mundo? Eles preparam para os estudos superiores ou para a vida? O que devemos pensar da ausência de conhecimentos como direito, economia, ciências políticas ou psicologia nos programas escolares? Em uma época em que a expectativa de vida aumenta, nossas vivências se diversificam e a sociedade muda rapidamente, podemos identificar um número limitado de competências úteis para todos? Não será mais adequado transmitir saberes e desenvolver atitudes que permitam a cada um construir as competências necessárias? Nenhuma dessas questões tem uma resposta simples ou consensual, mas esta obra permite projetá-las e introduzi-las em um debate sério.



AFETIVIDADE E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sérgio Antônio da Silva Leite (Org.)
Cortez Editora

Este livro analisa o processo de mediação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos, tomando-se como referência os conceitos de afetividade e letramento. Assume-se que o processo de alfabetização deve ser direcionado para as práticas sociais de leitura e escrita, sendo que a relação professor-aluno é profundamente marcada pela questão da afetividade. Tais dimensões são cruciais especialmente quando se trata de alunos adultos, que já apresentam histórias de exclusão escolar, como é o caso das salas de EJA.



■ SITE

INSTITUTO PAULO FREIRE

<http://www.paulofreire.org/>

O IPF se constitui numa rede internacional que integra pessoas e instituições distribuídas em mais de 90 países em todos os continentes, com o objetivo principal de dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire.



■ APLICATIVO

HAND TALK

GRATUITO

Por: Mooke Studio

iOS / Android

Com uma proposta inovadora, esse aplicativo converte áudios, textos digitais e fotografados para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Eleito como melhor aplicativo do mundo para a inclusão social, ele auxilia a comunidade surda na comunicação e ensina novos sinais.



■ LIVROS DIGITAIS

SOMOS TODOS DIFERENTES! CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE DO MUNDO

Série Aprendendo a Com-Viver

Maria Helena Pires Martins

Editora Moderna

Este livro trata do respeito pelas diferenças entre as pessoas, em um mundo marcado pela riqueza da diversidade, seja na natureza ou no âmbito da cultura humana. Enfatiza a importância da preservação da natureza, do repúdio às formas de preconceito e do aprendizado da tolerância.



ENTRE A ESPADA E A PALAVRA – VIOLÊNCIA OU DIÁLOGO?

Série Aprendendo a Com-Viver

Maria Lúcia de Arruda Aranha

Editora Moderna

Violência ou diálogo? A violência, revelada todos os dias pelo noticiário da tevê e dos jornais, é uma ameaça que nos cerca por todos os lados. Mas ela não se restringe a assaltos, homicídios nem, nos casos mais extremos, à guerra e ao terrorismo. A violência também existe nas sociedades desiguais, em que um número muito grande de pessoas se acha excluído dos bens produzidos, vivendo sem dignidade. Igualmente a encontramos na intolerância, que leva à discriminação e ao preconceito. E hoje, mais do que nunca, ela está presente no sofrimento da natureza devastada pela mão humana. A constatação de tantas expressões de violência deve servir para fortalecer o anseio pela paz, ou, melhor dizendo, para agirmos visando à concórdia, que é a paz compartilhada, desejada e construída por todos.



MIGUEL ARROYO: A EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODOS

Por CAUÊ CARDOSO POLLA

O espanhol Miguel González Arroyo é uma das figuras mais importantes do mundo da educação em nosso país. Doutor em educação pela Universidade de Stanford, tem como formação de base as ciências sociais, o que explica muitas de suas preocupações da relevância social da educação. Autor de inúmeros livros e artigos, foi Secretário da Educação da cidade de Belo Horizonte, onde ajudou a idealizar e implantar a Escola Plural, projeto que se manteve até os dias de hoje.

Tão plural quanto a escola que idealizou são seus interesses pedagógicos: a Educação no Campo, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, questões curriculares, entre muitas outras. Mas por mais diversas que sejam suas reflexões, há um denominador comum: Arroyo está sempre preocupado em pensar a dimensão política da educação, em outras palavras, como a educação, especialmente no contexto brasileiro, pode diminuir o abismo da exclusão social.

Um exemplo disso é a defesa da escola em tempo integral. Para ele, não basta apenas pensar a relevância da educação em tempo integral, se não se pensa, ao mesmo tempo, o direito à educação e o direito ao tempo em sala de aula. Estes direitos, apesar de serem de todos, faltam principalmente aos mais pobres, aos excluídos, e é justamente por isso que Arroyo insiste na atenção ao que ele chama de “infância popular”.

Mas se a infância tem sua vez no pensamento de Arroyo, também o têm jovens e adultos, aqueles que foram sistematicamente excluídos do processo educativo: trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos. A Educação de Jovens e Adultos é fundamental no contexto de um país com diferenças sociais tão gritantes.



“A EJA TEM O SER HUMANO E SUA HUMANIZAÇÃO COMO PROBLEMA PEDAGÓGICO.”

Miguel Arroyo

Para Miguel Arroyo, o modelo de Educação de Jovens e Adultos pode servir como um ponto de reflexão acerca das formas tradicionais de educação. Para o espanhol, “a EJA tem o ser humano e sua humanização como problema pedagógico”, não “reduz as questões educativas a conteúdos mínimos, cargas horárias mínimas, níveis, etapas, regimentos, exames, avanços progressivos, verificação de rendimentos, competências, prosseguimentos de estudos”.

As formalidades escolares não devem ser confundidas com os processos formadores, diz Arroyo. Por isso, a originalidade da EJA, advinda dos movimentos da educação popular, é relevante não apenas em seu papel social, como também como modelo para reflexões sobre a educação. A “visão totalizante do jovem e adulto como ser humano, com direito a se formar como ser pleno”, em sua dimensão social, cultural, ética, entre tantas outras que constituem o ser humano.

Em um país como o Brasil, com tantos desafios na educação, as reflexões de Miguel Arroyo contribuem para pensar nossa realidade mais imediata. Compreender os problemas dos setores tradicionalmente excluídos do acesso à educação, ou relegados a uma educação de má qualidade, é o primeiro passo para se pensar em uma educação inclusiva e diversificada. É preciso também aprender com as experiências educativas não tradicionais ou formais, para tornar cada vez mais ampla nossa atividade educadora, tendo sempre como objetivo maior a formação humana dos educandos. x



Fundação Santillana

Apoiar a educação e a cultura ibero-americanas, aproximando-se das diretrizes nacionais de cada um dos países em que a Fundação Santillana está instalada, é esse o centro de nossos esforços.

A vitalidade criativa dos brasileiros vem sendo o motor das nossas ações de promoção do aperfeiçoamento pedagógico e da difusão da cultura.

www.fundacaosantillana.com.br



Vozes de Valor

Educação de Jovens e Adultos:
Valorização, conquistas e desafios.

Você é a voz da EJA

Educador, faça parte da rede de compartilhamento de experiências dedicada à educação de jovens e adultos!

Participe do Fórum Vozes de Valor!



www.modernadigital.com.br/vozes-de-valor

Solicite sua senha de acesso pelo

0800 770 7653

Moderna